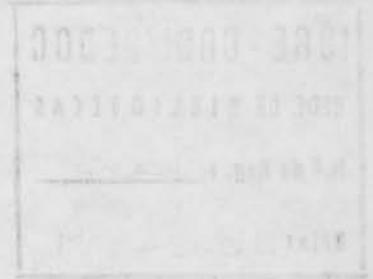


IBGEANA
Coleção

IBGE - DAG - SUEGER

DEGEO - DIERE



Projeto: TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL APÓS 1940
E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO
Relatório de Pesquisa - 1984

*Aluizio Capdeville Duarte**

Geógrafo

(*) Participaram da pesquisa, elaborando tabelas e quadros analíticos com dados censitários, *Aurélia Lopes da Silva*, *Nelice Resende Barbosa* e *Eliane Ribeiro da Silva*, que também participaram na elaboração das ilustrações. A consultoria estatística foi dada por *Alice Dora Vergara Gomes da Silva*.
Agradeço à colega *Sulamita Machado Hammerli*, as sugestões dadas na elaboração dos quadros referentes a periodização.

IBGE - DAG - SUEGER

DEGEO - DIERE

Projeto: Transformação na Divisão Territorial do Brasil após 1940 e a Produção do Espaço Geográfico.

.Relatório de Pesquisa - 1984.

1. O PORQUE DO RELATÓRIO.

O projeto "Transformações na Divisão Territorial do Brasil após 1940 e a Produção do Espaço Geográfico" insere-se em um programa de estudos que no âmbito da DIERE - Divisão de Estudos Regionais, tem por fim produzir conhecimentos sobre os espaços institucionalizados no Brasil, relacionando-os com o espaço geográfico.

Consideraram-se, nesse programa, espaços institucionalizados, aquelas unidades territoriais em diferentes escalas e criadas com objetivos diferentes, por legislação específica a nível federal, estadual ou municipal; ou definidos em âmbito de instituições de governo como espaços para fins de estudos estatísticos e sua divulgação; para planejamento, jurisdição ou administração. Desta forma são reconhecidos como espaços institucionais: o Município; as Unidades da Federação; a Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos, definida por decreto da Presidência da República; os espaços dos Organismos Regionais como a SUDENE, SUDAM; as Microrregiões Homogêneas do IBGE, utilizadas pelo Sistema Estatístico Nacional; entre outros espaços menos conhecidos e operacionalizados.

O programa de estudos pretende, através de projetos específicos, analisar tipos de espaços institucionalizados, relacionando-os com o espaço geográfico, isto é, como a sociedade utilizou-se do território em que se estabeleceu, organizando-o, dando-lhe uma estrutura.

Um dos Projetos dentro deste programa de estudos é o que agora apresentamos os seus resultados neste Relatório.

Quando foi elaborada a metodologia do Projeto planejaram-se dois produtos finais. Um referia-se à Divisão Regional do Brasil em Microrregiões Homogêneas, espaços institucionalizados pelo IBGE para serem adotados na área estatística nacional. Pretendia-se mostrar a necessidade de rever o número e as delimitações dos espaços microrregionais, em decorrência das transformações verificadas desde 1968 (quando elas foram criadas) na malha municipal e nas Unidades da Federação, como também nas modificações ocorridas no espaço geográfico do país. Este produto, sob a forma de um documento de trabalho foi concluído em dezembro de 1984 e encaminhado à apreciação superior da Diretoria de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia, através da Chefia do DEGEO.

O outro produto seria um estudo onde procurar-se-ia analisar a produção do espaço geográfico após 1940, relacionando esta produção com as transformações verificadas, no mesmo período de tempo, na divisão territorial do Brasil. O referido estudo seria apresentado sob a forma de um ensaio a ser enviado para publicação na Revista Brasileira de Geografia.

Na formulação metodológica do Projeto problematizou-se que o espaço geográfico estaria relacionado às transformações na divisão territorial do Brasil. Estas seriam uma das estratégias que a sociedade, através do Estado, estabeleceria para a

viabilização do modelo econômico-social vigente no período de tempo analisado, isto é, após 1940. A medida que fossem sendo pesquisadas as causas das transformações na divisão territorial iriam surgir os agentes e fatores dos processos sociais que modelaram a sociedade brasileira naquele tempo e, por conseguinte, no seu espaço geográfico.

A sociedade e seu espaço num processo de interação permanente e, em constante transformação, seriam investigados segundo processos sociais que teriam um conteúdo e uma forma.

Uma das preocupações finais e, por conseguinte, a objetivação de toda a pesquisa, seria entender a totalidade espacial brasileira como uma estrutura regional que variaria no tempo, pela própria variação da estrutura social. Desta forma, pretendia-se, a partir de evidências empíricas atuais em que a totalidade espacial brasileira se apresenta com desigualdades acentuadas na sua estrutura regional, procurar conhecer a forma e o conteúdo que os processos sociais tiveram no território brasileiro entre 1940 e o momento da pesquisa.

No desenvolvimento do Projeto ficou evidenciada a complexidade das fontes utilizadas como material empírico. Não só no que se referia à abundância de fontes estatísticas nos Censos do IBGE e em Anuários Estatísticos para análise da estrutura regional, como na necessidade de se aprofundar a pesquisa das fontes históricas para investigação da estrutura social. Da pesquisa bibliográfica, a mais geral, sobre a sociedade brasileira do período republicano, concluiu-se da necessidade de se aprofundar a pesquisa sobre processos sociais específicos, tanto no tempo, como no espaço ocorrido no país nos últimos 50 anos. Isto exigiu pormenorizada consulta a fontes documentais e periódicos já não mais publicados e só disponíveis em acervos

especializados, como o de obras raras da Biblioteca Nacional e nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Somava-se a essa complexidade de fontes bibliográficas a dificuldade em se fazer comparações temporais dos indicadores selecionados para a análise da produção do espaço geográfico, pela ausência de bases cartográficas expeditas e comparáveis como unidades espaciais para mapeamento.

Desta forma, tornou-se uma exigência dilatar o prazo do desenvolvimento do Projeto para se alcançar os objetivos propostos na metodologia, produzindo-se um ensaio que representasse um conhecimento científico sobre a produção do espaço geográfico brasileiro. Entretanto, o desenvolvimento da pesquisa na parte referente aos processos sociais, às transformações na divisão territorial do Brasil, já evidenciavam algum conhecimento novo sobre a produção do espaço geográfico como uma estrutura regional. Já havia material suficiente pesquisado para mostrar que o conteúdo e a forma dos processos sociais nos últimos 50 anos poderiam mostrar como tinha se estruturado o espaço geográfico. O conhecimento produzido segundo as bases teórico-conceituais formuladas se não davam conta dos objetivos pretendidos, pelo menos continham evidências empíricas que serviriam como elementos para uma problematização sobre a estrutura regional atual do Brasil.

Optou-se, então, em não se ampliar o tempo de desenvolvimento do Projeto, que exigiria um prazo de, pelo menos seis meses de pesquisa, para elaborar um ensaio sobre o tema e produzir um Relatório de Pesquisa onde o tema ou objeto de conhecimento seria tratado, não como um produto científico acabado, mas como um ponto de reflexão, de problematização para outros estudos mais detalhados.

Um relatório de pesquisa, assim, poderia servir como subsídio para a programação e desenvolvimento de outros Projetos no Departamento de Geografia e na DIERE em particular, que tem como uma das atribuições o estudo e a produção de informações sobre a organização regional do Brasil.

Cientes de que informação é um dos objetivos do IBGE, o Relatório seria uma delas, tanto no âmbito do DEGEO, como na SUEGER. Considerou-se também, que não se pode avançar no aprimoramento da informação se esta não contiver conceitos científicos sempre repensados. Como conceito científico entende-se o resultado da relação entre teoria e realidade concreta. O conceito de espaço geográfico é uma das problemáticas no debate científico. Há muita abstração teórica e generalização sobre o mesmo, de modo especial quando se trabalha o espaço como uma categoria. Quando se procura aplicar o conceito de espaço, particularizando-o como geográfico, nisto já está explícito que é uma forma de objetivação concreta, de sociedades determinadas, em tempos determinados, feita por geógrafo.

O conceito de divisão territorial que de imediato, parece não conter controvérsias, é apresentado como uma problemática quando é tratado como conjunto de espaços institucionalizados. Na atual transformação social por que passa a nação brasileira, o conceito de divisão territorial relaciona-se ao de Federação. Os espaços dos organismos regionais são espaços institucionalizados e eles podem estar vinculados à problemática de divisão territorial e da estrutura regional do país.

Assim produzir informações onde se problematizam os conceitos acima citados, orientando a reflexão científica para outros projetos, se apresentou ao nosso ver, como a melhor opção para o produto de um complexo projeto de pesquisa. Este Relatório tem este objetivo.

2. AS BASES CONCEITUAIS DA PESQUISA.

Neste Projeto duas noções foram repensadas como ponto inicial de teorização da pesquisa: a da divisão territorial e a da produção do espaço geográfico.

A noção de divisão territorial é aceita, por força do senso comum, como a composição de unidades político-administrativas de um determinado país. Tem sido no Brasil preocupação muito mais de Geopolítica do que de Geografia.

O levantamento da bibliografia geográfica utilizando e estudando o tema, indicou que o mesmo não esteve na preocupação dos geógrafos, sobretudo, nos últimos 20 anos (1). A divisão territorial tem sido, entretanto, a base espacial para análise e mapeamento de inúmeros indicadores e variáveis sócio-econômicas feitas por geógrafos. Tem sido, também, utilizada para estudos de organização regional do país, onde se utilizam as unidades da federação como bases agregadas de fenômenos geográficos.

A aceitação de que a Divisão Territorial é apenas a composição político-administrativa de um país para um determinado momento do tempo é uma simplificação do tema. A divisão territorial expressa a própria estrutura social através do conteúdo do Federalismo naquele momento, naquele sistema político. Ela é a forma como a sociedade vê sua organização federativa naquele momento histórico.

Há evidências empíricas na historiografia do Brasil que o federalismo tem passado por diferentes injunções no período republicano. Isto mostra a posição diferente das classes dominantes regionais, o que quer dizer, das diferentes unidades da federação, ao longo do processo social no tempo. As fases de centralização do poder, do autoritarismo e da supressão dos di-

reitos democráticos como entre 1937 e 1945 e de 1968 até fins da década de 70, coincidem com a menor participação da federação no processo social. Nestes períodos têm ocorrido transformações na divisão territorial, na escala de unidades da federação, sem consulta às sociedades dos espaços que foram afetados. É também nesses momentos que a municipalidade é enfraquecida, que são tomadas medidas restritivas para desmembramento municipal.

O objetivo da pesquisa é tentar resgatar a noção de território em sua dimensão social, transformando-o em um conceito para o entendimento da estrutura espacial. Trabalha-se território, em qualquer escala espacial, contanto que tenha independência político-administrativa, no conjunto de uma formação social, sendo, então, um espaço geográfico. Rejeita-se a dicotomia de que território é um espaço político e que espaço geográfico tem uma dimensão política. Não se aceita também que, um é tratado pela Geopolítica e o outro, pela Geografia. A base conceitual geral é de que o espaço geográfico é a objetivação do geógrafo ao analisar o território de uma sociedade.

Ao mesmo tempo ao repensar a divisão territorial como uma objetivação da Geografia, nossa preocupação é repensar diferentes formas de reagrupamento de unidades da federação, definindo "blocos regionais" na totalidade espacial brasileira. A sociedade brasileira está, na atualidade, preocupada com a "distribuição do poder pelas diversas unidades políticas que integram o sistema federativo" (Figueiredo Filho, 1984). Um dos objetivos desta pesquisa seria analisar como cada unidade da federação tem participado nos últimos 50 anos dos processos sociais que geraram a estrutura social geral, entendendo como seu espaço geográfico foi sendo produzido, naquele período de tempo.

Outro objetivo seria ver como cada conjunto de unidades da federação poderia constituir "regiões" ou "blocos regionais", compondo uma estrutura regional. Este objetivo poderia fornecer informações para repensar uma nova divisão regional do Brasil. De modo especial isto é oportuno, neste momento, quando se problematiza sobre um federalismo regionalizado (2).

A análise deveria percorrer certos caminhos como: o poder ao ser distribuído pelo espaço, reflete o dinamismo e as estratégias dos seus agentes?; que espaços foram privilegiados na aquela distribuição?; que agentes atuaram naquela distribuição?; agentes de que instâncias da estrutura social?

Ao mesmo tempo não se poderia deixar de ver a participação das oligarquias regionais pretéritas e sua ação no poder central. Que composições foram feitas entre as sociedades regionais durante as transformações na divisão territorial?

Território e espaço geográfico deveriam ser analisados como um todo. Divisão territorial não seria as unidades da federação que compõem o sistema federativo nacional. No Brasil há outras formas de unidades espaciais, partes do território nacional que desempenham na formação social uma ação, uma estratégia, da sociedade em determinados momentos. Não seria o caso de discutir o conceito de Federalismo, mas seria válido mostrar que após a primeira constituição republicana (1891) onde o federalismo como instituição foi definido, ele se transformou e que as demais Constituições (1934, 1937, 1946 e 1967) modificaram o conceito de federalismo. Deve ser considerado que há autores, no citar de Célio Borja (1984), que consideram o Brasil como um sistema federativo.

A centralização do poder da União verificada após a Revolução de 1930 quando as oligarquias estaduais (ou regionais) ficaram submetidas às diretrizes político-institucionais e eco-

nômicas do Estado Novo permitiu a atuação nos espaços estaduais de vários órgãos da administração federal (como exemplo devemos lembrar os Institutos do Açúcar, do Mate, do Pinho, etc.) que foram agentes de transformações do espaço geográfico naquelas unidades da federação. O desenvolvimentismo da década de 50 e as reformas tributária e administrativa no fim da década de 60, desestabilizaram o federalismo e o regionalismo. O território nacional passou a ser administrado e, por conseguinte, produzido, muito mais pelos organismos regionais como a SUDENE e a SUDAM. Seus espaços institucionalizados deram origem a uma nova forma de divisão territorial do país que não é mais a forma do conceito inicialmente formulado neste Relatório.

Para a Geografia o conceito de espaço tem evoluído de maneira acelerada nos últimos 15 anos. Da noção dicotomizada de espaço natural e espaço cultural exaustivamente utilizada nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, até o espaço social das abordagens dialéticas da atualidade, passou-se por outras posturas metodológicas, tendo-se uma pluralidade de conceitos sobre o espaço geográfico. Sendo um conceito científico, está sempre em reformulação e desta, surge sua redefinição, num processo de verificação científica e de aproximação constante com realidades concretas.

Não cabe neste Relatório discutir as diferentes posturas epistemológicas sobre o espaço (3). A maioria dos geógrafos e cientistas sociais em geral definem o espaço geográfico como produto social. Isto significa que cada sociedade ao se apropriar da natureza, utiliza e expropria os recursos nela contidos, conforme seu sistema social e isto ocorre em um determinado momento do tempo. Isto é, o espaço geográfico é uma realidade concreta, de uma determinada sociedade, em determinado tempo. "A cada geração humana corresponde uma geração espacial". "A socieda

de se cria criando seu espaço. As duas formam, em seguida, um todo indissolúvel que carrega a mesma evolução" (Isnard, 1978). É este o conceito de espaço geográfico que assumimos nesta pesquisa. A produção do espaço geográfico é o processo de transformação da natureza (solo, água, vegetação, recursos naturais), em formas materializadas - propriedades, área cultivada, estradas, portos, cidades.

A produção do espaço geográfico é um processo contínuo sempre em transformação, porque acompanha a própria transformação da sociedade como uma totalidade. Como tal ela é vista pela interrelação das instâncias: econômica, política e ideológica, construindo uma realidade concreta, estruturada e historicamente determinada.

Ao se considerar a produção do espaço no seu movimento contínuo, não quer dizer que se faz uma análise espaço-temporal evolutiva. Ao contrário, aceitando que a sociedade e espaço se transformam concomitantemente é necessário definir que períodos da história daquela sociedade poderiam expressar estruturas espaciais.

Quando se estabelecem períodos na história de uma sociedade estamos balizando na linha do tempo, processos sociais que determinaram aquela história. Identificam-se processos sociais os mais gerais e eles têm um conteúdo e uma forma que se dimensionam no território como uma totalidade. O conteúdo e a forma dos processos sociais expressam-se no território de maneira diferente, diferenciando os segmentos deste território. Daí podemos identificar espaços geográficos diferenciados no mesmo momento do tempo, ou melhor, num determinado período dos processos sociais. É isto considerado como desigualdades espaciais.

Atualmente a comunidade científica brasileira vê o es-

paço geográfico como uma totalidade espacial que é a própria história do capitalismo no país. As desigualdades regionais ou espaciais são as consequências das formas como, ao longo do tempo, o capitalismo se expandiu no país. Ao se estudarem as desigualdades espaciais três grandes unidades regionais são identificadas: o Sudeste, o Nordeste e a Amazônia.

O Sudeste, o centro do capitalismo no país, é o núcleo hegemônico das forças do poder. O Nordeste é a região deprimida desde o período colonial e que, cada vez fica mais distanciada do centro hegemônico, a medida que neste é reproduzido o sistema econômico-social. A Amazônia é considerada a Fronteira, o espaço-reserva do capital.

Neste Projeto parte-se desta generalização da estrutura espacial brasileira para se repensar a estrutura regional e levantar algumas questões que são especificidades do geral.

Primeiramente considera-se simplificação analisar o Brasil como uma totalidade e identificar apenas três grandes espaços regionais na atualidade. Como incluir os três estados sulinos no espaço comandado pelo capitalismo que tem no Sudeste sua expressão mais visível? Será que a complexidade da estrutura industrial e da estrutura urbano-metropolitana do Sudeste se aplica ao Sul do país? O que hoje na divisão regional do Brasil é denominado de Região Sul tem na totalidade espacial brasileira a mesma forma e expressa o mesmo conteúdo do Sudeste propriamente dito? Em muitos estudos tem se analisado e identificado um Centro-Sul, abrangendo o Sudeste, parte do Centro-Oeste e o Sul. Será que todo este espaço macrorregional tem uma uniformidade para defini-lo como o espaço do capitalismo hegemônico brasileiro? Não haveriam aí especificidades que explicariam melhor a estrutura regional?

Em segundo lugar, tem sido a expansão capitalista, atra

vês do processo de industrialização, a base conceitual para se entender a totalidade social e a estrutura regional. Considera-se que a totalidade social pode ser analisada por qualquer uma das instâncias. Entretanto, para dar conta das especificidades regionais, as demais instâncias podem ser a chave para entender as diferenciações em determinados momentos dos processos sociais de determinados espaços. Assim, procurar-se-á através do conteúdo e da forma dos processos sociais, entender as especificidades da expansão capitalista no Brasil no seu espaço, num período do tempo em que a sociedade brasileira passou por profundas transformações, isto é, nos últimos 50 anos.

O ponto de partida da pesquisa é, então, a estrutura regional atual como é vista pela maioria dos pesquisadores sociais. Como é a mais atual, a mais completa e complexa, na expansão da sociedade capitalista e de seu espaço geográfico. Procurar-se-á fazer a análise da formação e transformação daquela estrutura regional através dos conteúdos e das formas dos processos sociais geradores daquela estrutura. É por este caminho que se pretende obter algum conhecimento novo sobre a produção do espaço geográfico brasileiro nos últimos 50 anos e se construir algum conhecimento renovado sobre a estrutura regional do país.

A definição da base teórico-conceitual levou à necessidade de se estabelecer um período de tempo para a análise e, ao mesmo tempo, definir na realidade concreta, o que seria conteúdo e forma dos processos sociais de interesse analítico para a objetivação pretendida.

A análise seria desenvolvida entre 1930 e 1984. Há evidências empíricas que este período de tempo permitiria estudar as transformações ocorridas na divisão territorial do Brasil iniciadas em 1943, durante o Estado Novo, com a criação

dos Territórios Federais, até as mais recentes, com a criação de novos Estados. Haveria, também, disponibilidade de dados censitários a partir de 1940 que permitiria comparabilidade temporal, avaliando-se as transformações ocorridas na produção do espaço geográfico. O período é na historiografia brasileira marcado por intensas transformações sociais, onde a modernização, o desenvolvimentismo e modificações político-institucionais ocorreram.

Quanto às categorias forma e conteúdo dos processos sociais, selecionaram-se os fenômenos que têm uma dimensão espacial nítida e poderiam ser submetidos a análise empírica através de dados estatísticos e mapeamentos. Os conteúdos foram: Integração e Modernização, duas noções vigentes na história da sociedade brasileira nos últimos 50 anos. As formas tomadas para "expressar" os conteúdos foram: Interiorização e Urbanização.

A Integração como conteúdo dos processos sociais pode ser identificada desde os tempos do Império, quando já se preconizava a mudança da capital do país para o interior como estratégia para a manutenção da unidade e segurança nacional. Este princípio foi colocado na Constituição de 1891, como forma de interiorização. Na República Nova, de modo particular durante o Estado Novo, a "Marcha para o Oeste" foi uma "ideologia" de integração, viabilizada através da criação de colônias agrícolas nacionais que levariam migrantes, interiorizando o povoamento (Melo Carvalho, 1941). Desde o início do século XX, o Marechal Rondon com o plano de linhas telegráficas, penetrara em grande parte do território de Mato Grosso, da atual Rondônia e chegara ao Amazonas, ligando estas áreas ao resto do país através de 2.270 km de linhas telegráficas e criando 28 estações de telégrafo que com o tempo se transfor

maram em povoados e cidades (Souza Cruz, 1983). Na época desenvolvimentista do governo Kubitschek, a transferência da capital para o Planalto Central materializa o processo de integração espacial. A criação de Brasília viabilizou a integração através da interiorização do povoamento para Goiás, ao longo das rodovias, do surgimento de vilas e cidades. A nova capital foi a promotora de novos espaços geográficos onde antes só havia mata, cerrado e água. A expansão capitalista, as transformações no regime político-social levaram a nova forma de interiorização na década de 70, expressando um outro conteúdo de integração. Era a "ideologia" da segurança nacional através da articulação entre espaços vazios que deveriam ser colonizados ao longo das rodovias - foi o PIN - Plano de Integração Nacional.

A modernização como conteúdo dos processos sociais tem determinações históricas, daí apresentar-se com formas diferentes no período da história da sociedade brasileira que está sob análise. Aceita-se o princípio de que moderno é uma reação ao instituído que se vai derrubar, que deve ser transformado. Ao nível da análise empírica trabalha-se com formas que expressam diferentes tipos de moderno.

No Projeto trabalha-se com a forma de Urbanização porque ela é a materialização de toda a transformação social verificada após a Revolução de 1930. A República Nova foi uma "modernização social" em relação ao sistema político-institucional vigente na República Velha. A transformação econômica processada no meio século que está sob análise, mudando o Brasil de uma economia agrário-exportadora para uma estrutura industrial complexa, foi viabilizada por uma série de mudanças institucionais, não só no campo político como na administração pública. A modernização administrativa iniciada no primeiro governo Vargas, a diversificação da gerência federal na economia nacio-

nal e regional, as reformas sociais ocorridas no Estado Novo, são estratégias que viabilizaram a expansão capitalista no país. As transformações na estrutura econômica dotando o Brasil de instrumentos para sua industrialização foram concretizadas após o 2º Governo de Vargas - 1950/1954 (D'Araújo, 1982) e ampliadas com a ideologia desenvolvimentista do Governo Kubitscheck. Neste, o Plano de Metas foi objetivado através de uma administração da política econômica paralela à administração pública deferal tradicional (Midlin, 1975). Foi no período 50 a 60 que a urbanização se expandiu no país e o surgimento dos espaços metropolitanos reflete a expansão do capitalismo, sobretudo na Região Sudeste. Já entre 60 e 70 novas formas de urbanização devem ser enfatizadas. É o período em que a modernização da economia gera diferentes formas produtivas. As indústrias de bens de capital se instalam em espaços onde em décadas passadas tinham se localizado, as indústrias de bens duráveis. Estes espaços se transformaram em regiões urbano-industriais - esboço de megalópolis. As indústrias de bens duráveis se descentralizam, se dispersam, desdobrando e ampliando o espaço urbano que, ao mesmo tempo se concentra formando aglomerações urbanas difusas por outras regiões. Estas são formas de urbanização decorrentes da modernização industrial e da expansão da agricultura capitalista. Nas frentes de ocupação outra forma de urbanização surge, relacionada tanto à estratégia da construção de rodovias, como ao processo de colonização dirigida ou estimulada pela política de governo. Os grandes programas de infraestrutura econômica com a construção de barragens e expansão da energia hidrelétrica e de exploração mineral, permitiu outra forma de urbanização tanto na "área de fronteira" (Tucuruí, Carajás), como em espaços geográficos já consolidados (Itaipu). Aqui o conteúdo Modernização se interage com

a forma de interiorização afetando o conteúdo integração.

Constata-se que os conteúdos, em tempos diferentes, têm formas diferentes. É a relação entre eles que define as estruturas. Como a objetivação do Projeto e da pesquisa é conhecer como o espaço geográfico foi produzido, a estrutura que se obterá será uma estrutura espacial. Esta varia no tempo conforma as relações entre forma e conteúdo no território. Torna-se necessário para compreender a complexidade das interrelações, e definir as estruturas espaciais, estabelecer os períodos do tempo para o estudo da forma e do conteúdo dos processos sociais.

Há na historiografia brasileira uma grande dificuldade em fundamentar teórica, metodológica e factualmente uma dada periodização para a história da sociedade como um todo (Limoeiro Cardoso, 1977). Entretanto em uma análise temporal onde os processos sociais são investigados como determinantes das estruturas espaciais pretéritas não se pode deixar de considerar a pesquisa orientada por uma periodização. É ela que disciplinará a complexidade do real, que dará conta ação do tempo dos agentes sociais investigados, orientando a análise para a síntese. Apesar da objetivação da pesquisa ser o espaço e sua estrutura regional, se não delimitarmos a estrutura por segmentos temporais, não se poderá garantir a objetividade do conhecimento construído. É necessário enfatizar que a análise é espaço-temporal, não dissociada, nem dicotomizando os dois objetos (espaço ou tempo).

Entretanto não se pode fazer cortes temporais arbitrários, porque não se atingiria a objetividade pretendida. Os marcos temporais devem dar conta dos objetivos a que se pretende alcançar quando se analisam processos sociais que ao mesmo tempo são temporais e espaciais.

Não existe uma periodização geral que sirva para toda e qualquer pesquisa mesmo nas pesquisas tradicionais no campo da História. A periodização se faz objetiva quando é orientada pelos conceitos que norteiam a análise. As evidências empíricas e a historiografia brasileira nos orientaram na seleção de marcos temporais que atendessem os dois conceitos básicos: o da divisão territorial e o da produção do espaço geográfico. Daí estabeleceram-se como períodos: de 1930 (iní da Era Vargas) a 1945 (fim do Estado Novo), quando a forte centralização do poder permitiu modificações na divisão territorial e se caracterizou pela modernização da estrutura social; de 1945 (início da redemocratização até 1964 (início do período de recessão democrática), que se caracterizou pela transformação econômica, consolidando o capitalismo no país, transformado de economia agrária para industrial; de 1964 a 1984 quando, sob novo período de forte centralização do poder, foi consolidada a internacionalização do capital, a integração espacial, acentuaram-se as desigualdades de desenvolvimento e deu-se reformulação da estrutura regional.

Em cada um desses períodos deverá ser construído um modelo de estrutura espacial, a partir da realidade espacial atual. Cada uma delas será comparada com modelos de divisão regional formulados pelos geógrafos do IBGE, numa tentativa de se reabrir o debate e a reflexão sobre a questão da organização regional do Brasil e da teoria sobre região na Geografia e a institucionalização da divisão regional.

3. O PROCEDIMENTO ANALÍTICO.

O conteúdo e a forma dos processos sociais ocorridos no Brasil foram investigados através de pesquisa bibliográfica.

A documentação bibliográfica foi individualizada em três grandes temas: a origem e o desenvolvimento capitalista no Brasil; a atuação do Estado como agente dos processos sociais; e a ideologia como instrumento de viabilização dos processos sociais (ver bibliografia consultada). Com estes três temas poder-se-ia coletar dados para entender a sociedade brasileira como uma totalidade. Nossa leitura dos dados é que permitiria dar conta do conteúdo e da forma dos processos sociais, objetivando-os na periodização estabelecida e na estrutura espacial que seria o objeto de conhecimento sobre o espaço brasileiro na sua totalidade. Da relação teórica de que se dispunha com os dados coletados na análise bibliográfica, se definiriam as estruturas espaciais e se entenderiam os processos sociais.

Ao nível das estruturas espaciais que se pretendia objetivar, a análise empírica se desdobrou sobre a interpretação de indicadores que expressassem as formas de interiorização e urbanização. Os indicadores foram: densidade da população rural; percentagem da área dos estabelecimentos rurais sobre a área municipal; percentagem das áreas de lavouras e pastagens sobre a área total dos estabelecimentos; composição da força-de-trabalho (ocupação primária e industrial); extensão das vias de transporte (rodovias e ferrovias); composição das indústrias por gênero através do pessoal ocupado e do valor da transformação; a receita do comércio varejista sobre a receita total do comércio; percentagem da população urbana sobre a população total e grupos de tamanhos de cidades.

Os indicadores foram trabalhados para mostrar a ocupação do espaço ao longo do tempo e a estrutura das áreas e lugares. No primeiro caso operacionalizava-se com os dados

agregados a nível de Unidade da Federação. No segundo caso, trabalhou-se com unidades municipais.

Fundamental foi medir a posição percentual de cada Unidade da Federação no total do Brasil. A variação percentual entre períodos censitários indicaria a dinâmica da produção do espaço.

Foram elaboradas, com aqueles indicadores, tabelas, quadros, gráficos, todos como base analítica. Utilizou-se como documentação bibliográfica complementar os Atlas do Brasil do Conselho Nacional de Geografia do IBGE de 1959 e o Atlas Nacional do Brasil, do IBGE, de 1966.

A produção geográfica contida na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico, ambos periódicos do IBGE, foi consultada, transformando-se em dados para responder às nossas indagações e servir como conhecimento científico a ser repensado ou utilizado como informação empírica ou conceitual.

Com este procedimento analítico chegou-se aos resultados a seguir relatados.

4. OS RESULTADOS DA PESQUISA.

Dois níveis de resultados são apresentados neste Relatório. Um refere-se ao Brasil como uma totalidade espacial. Aí a divisão territorial e a produção do espaço geográfico são interpretadas, procurando-se entender suas transformações em 40 anos, utilizando ao nível do empírico informações censitárias de 1940, comparando-as com as de 1980. O outro nível, através de uma periodização específica, procura-se mostrar a formação e transformação da estrutura regional do país, ao longo do tempo, coberto pela análise, isto é, de

1930 a 1984. O material empírico é não só a estatística censitária sistematizada, mas toda informação que pôde ser trabalhada como dado segundo a base teórico-conceitual formulada.

Nos dois níveis de resultados, os conteúdos e formas dos processos sociais orientaram os pontos de análise, de reflexão e questionamento.

4.1. AS TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO TERRITORIAL.

O quadro I apresenta a divisão territorial do Brasil em dois anos censitários apresentados em duas categorias: a de unidades da federação e a de unidades municipais.

QUADRO I.

Divisão territorial em 1940			Divisão territorial em 1980		
Tipos e nº de UF	municípios da UF		Tipos e nº de UF	municípios da UF	
	Número	% sobre o Brasil		Número	% sobre o Brasil
1. ESTADOS.			1. ESTADOS.		
1. Amazonas.	28	1,77	1. Acre.	12	0,30
2. Pará.	53	3,36	2. Amazonas.	44	1,10
3. Maranhão.	65	4,12	3. Pará.	83	2,08
4. Piauí.	47	2,98	4. Rondônia.	7	0,17
5. Ceará.	79	5,01	5. Maranhão.	130	3,27
6. R. G. do Norte.	42	2,66	6. Piauí.	114	2,86
7. Paraíba.	41	2,60	7. Ceará.	141	3,54
8. Pernambuco.	85	5,40	8. R. G. do Norte	150	3,77
9. Alagoas.	33	2,09	9. Paraíba.	171	4,30
10. Sergipe.	42	2,66	10. Pernambuco.	164	4,12
11. Bahia.	150	9,52	11. Alagoas.	94	2,36
12. Minas Gerais.	288	18,29	12. Sergipe.	74	1,86
13. Espírito Santo.	32	2,03	13. Bahia.	336	8,45

Divisão territorial em 1940			Divisão territorial em 1980		
Tipos e nº de UF	municípios da UF		Tipos e nº de UF	municípios da UF	
	Número	% sobre o Brasil		Número	% sobre o Brasil
14. Rio de Janeiro.	50	3,17	14. Minas Gerais.	722	18,16
15. São Paulo.	270	17,15	15. Espírito Santo.	53	1,33
16. Paraná.	49	3,11	16. Rio de Janeiro.	64	1,61
17. Santa Catarina.	44	2,79	17. São Paulo.	571	14,36
18. R. G. do Sul.	88	5,59	18. Paraná.	298	7,44
19. Goiás.	52	3,30	19. Santa Catarina.	197	4,95
20. Mato Grosso.	28	1,77	20. R. G. do Sul.	232	5,83
			21. Goiás.	233	5,86
			22. M. Grosso do Sul	55	1,38
			23. Mato Grosso.	64	1,61
II. TERRITÓRIO.			II. TERRITÓRIOS.		
1. Acre.	7	0,44	1. Amapá.	5	0,12
			2. Roraima.	2	0,05
			3. F. de Noronha.	-	-
III. DISTRITO FEDERAL	1	0,06	III. DISTRITO FED.	1	0,02
TOTAL: 22.	1.574	100,0	TOTAL: 27.	3.974	100,0

Nestes quarenta anos houve importantes transformações na divisão territorial, na categoria de Unidades da Federação. A primeira foi na década de 40, quando foram criados os Territórios Federais. Primeiramente, por motivos de soberania nacional, durante a 2a. Guerra Mundial, foi criado o Território Militar de Fernando de Noronha, em 1942 (4). Em 1943 foram criados cinco territórios em áreas subpovoadas e em faixa de fronteira (5). Foram: Amapá, em território do Estado do Pará, constituído pelos municípios de Amapá, Macapá e Maza-

gão. Pelo Censo Demográfico de 1940 nessa área viviam 23.406 habitantes; Rio Branco (atualmente Roraima), em terras do Estado do Amazonas, formado pelos municípios de Boa Vista e Ca^utrimani. A população desta área, em 1940, era de 13.756 hab. O território do Guaporé foi formado com área de municípios dos Estados do Amazonas e Mato Grosso. Inicialmente tinha quatro municípios (Lábrea, Porto Velho, Alto-Madeira e Guajará-mirim); posteriormente, passou a ter apenas dois: Porto Velho e Guajará-Mirim. Em 1940, Guaporé teria 24.918 hab. Os outros dois territórios foram; Ponta Porã, formado pelos municípios Matogrossenses de Ponta-Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Dou^urados, Maracaju, Bonito e Porto Esperança, cuja população era em 1940, de 86.715 habitantes; e o de Iguaçu, constituído pela parte ocidental dos Estados do Paraná e Santa Catarina, sendo formado pelos municípios de Foz do Iguaçu, parte do de Gua^uraruva, ambos no Paraná, e pelo de Xapecó, em Santa Catarina. Esta área, em 1940, apresentava uma população de 85.015 hab.

Naquela época, a criação dos territórios federais tinha suscitado, por parte dos estados que sofreram seus desmembramentos, protestos, sobretudo por parte do Paraná (6). Entretanto, só após a redemocratização do país, durante a Assembleia Constituinte de 1946, é que houve a reversão da situação. Ponta Porã e Iguaçu voltaram a ser integrados aos Estados de origem. Permaneceram como territórios: Guaporé (depois denominado Rondônia), Rio Branco e Amapá.

A criação dos Territórios Federais em 1943, ainda no regime do Estado Novo, insere-se como uma das formas de Interiorização dentro da Integração como conteúdo dos processos sociais no sistema social vigente. A nova ordem social estabelecida em 1937 com a instalação do Estado Novo, formula a ideologia do Estado Nacional, Esta tinha como sustentáculo a

noção de integralidade da cultura, civilização, língua e dos símbolos nacionais. Esta ideologia se confrontava com o regionalismo, muito desenvolvido na República Velha. Desde 1930, a centralização do poder federal se apresentou como uma postura de modernização, de ruptura com os princípios liberais, federalistas, estabelecidos na Constituição de 1891. Ao nível dos processos sociais houve então um desprestígio do regional, do regionalismo como uma manifestação de interesses mesquinhos que deveriam ser suprimidos em favor da unidade da Pátria (Backeuser, 1946). O municipalismo como forma de expressão política das comunidades foi relegado ao segundo plano. A ideologia do Estado Nacional opondo-se ao regionalismo é imposta às Unidades da Federação, suprimindo-se os "símbolos estaduais", como as bandeiras, as armas e os hinos. Os interventores eram os prepostos do poder central. Na década de 50-60 só houve uma modificação na Divisão da Federação. A transferência do Distrito Federal para o Planalto Central e, por conseguinte a criação do Estado da Guanabara.

Foi também, em outra fase do autoritarismo e centralização do poder, com fortalecimento do governo federal e diminuição do poder do legislativo que ocorreram novas transformações na Divisão Territorial do Brasil. A fase foi a década de 70. Três tipos de mudanças ocorreram. Em 1975, os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foram anexados. O fenômeno foi denominado de fusão e tinha como objetivo o equilíbrio espacial na área mais dinâmica do capitalismo brasileiro, isto é, o denominado Sudeste Brasileiro. Da fusão dos dois Estados surgiria um estado economicamente forte que poderia levar ao equilíbrio sócio-econômico regional, equiparando-se a São Paulo. Ainda não há evidências de que esta estratégia tenha se concretizado em um equilíbrio espaço-regional.

O outro tipo de mudança foi a divisão do estado de Mato Grosso em dois. A parte sul, a mais dinâmica e mais povoada, constitui o novo Estado de Mato Grosso do Sul. A parte Norte manteve a denominação antiga. As intenções que levaram o poder central a dividir o antigo estado de Mato Grosso era no sentido de facilitar a administração e disciplinar os problemas de terras que ocorriam na parte amazônica do Estado, onde grilheiros, garimpeiros, indígenas, viviam em tensão social. Há interpretações simplificadoras para explicar a divisão territorial verificada em Mato Grosso, em 1977, e concretizada em 1º de janeiro de 1979, com a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul (7). Ainda não foi feita uma análise para estudar os interesses regionais na separação da parte sul da parte norte daquele estado. O governo federal tinha seus instrumentos políticos e poder para fazer a divisão. De modo especial, a pequena participação do Congresso Nacional na política do país. Qual foi o papel da bancada de Mato Grosso no Congresso ao ser apreciada a lei que criava o novo Estado, desmembrando-o de Mato Grosso? Por que o Pantanal Matogrossense, um espaço geográfico homogêneo, com uma sociedade e economia tradicionais, foi dividido ao meio e não integrado como um todo a um ou outro Estado? Estas questões merecem um aprofundamento da análise que não pôde ser feita, por falta de pesquisa direta em Cuiabá, Campo Grande e em Corumbá. Fica como uma problematização para ser analisada no Projeto Geografia do Brasil.

O outro tipo de modificação foi a elevação de Rondônia à categoria de Estado, em 1981, sendo instalado em 1982. Aqui compreende-se que um espaço geográfico já produzido e com todas as condições de auto-gestão não poderia ficar na situação de um território, na dependência do poder central.

Quando se retoma a criação dos territórios como uma das formas de Integração nos processos sociais que produziram o espaço geográfico brasileiro, vai-se constatar que ela não levou à interiorização do povoamento. Rondônia, criado na mesma época que Roraima e Amapá, teve seu espaço geográfico pouco desenvolvido durante as primeiras três décadas. Ele se transformou e seu espaço foi produzido quando outros fatores mais generalizantes e determinantes estimularam aquela produção. A ideologia do Estado Novo com a criação dos Territórios não atingiu seus propósitos de Integração. Rondônia integrou-se não pela interiorização do povoamento, mas pela interiorização do capital, no processo geral do capitalismo brasileiro, como veremos mais adiante.

Quanto à divisão municipal, percebe-se que houve modificações substanciais quanto ao número de municípios em cada uma das Unidades da Federação. Minas Gerais foi o Estado que conseguiu manter um número elevado de municípios em 1980, quando relacionado ao número total dos municípios. São Paulo perdeu posição percentual quanto ao número de municípios, comparando-se 1940 com 1980. Entre os estados do Sul, o Paraná foi aquele que teve o maior desmembramento municipal. A criação de municípios sempre sofreu, nas fases de recessão democrática e de centralização política, restrições institucionais (Ferreira de Mello, 1972). As justificativas da legislação competente sempre foi no sentido de impedir a criação de unidades político-administrativas que não tinham condições de auto-gestão. A essência das restrições indica outra realidade. Ao se aprofundar a análise sobre a economia municipal e seu espaço geográfico, há evidências empíricas de que o desmembramento municipal pode se apresentar com duplo aspecto. Há espaços onde a sociedade local se estruturou, estruturando uma economia onde o des

membramento municipal poderia desestabilizar a base econômica e o poder da classe dominante local. Em certos municípios não tem ocorrido desmembramentos, como por exemplo, em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, na Campanha Gaúcha, em Lajes, em Santa Catarina. Em outros, a disputa pelo poder local e as contradições com as classes dominantes de outros espaços de poder (estadual e federal), levou a um intenso desmembramento, apesar de serem áreas de monocultura e sob a hegemonia de um ou dois centros urbanos, como foi verificado na Região Cacaueira da Bahia (Diniz e Duarte, 1983).

Não cabia, na escala deste Projeto, desenvolver uma pesquisa em que diferentes tipos de áreas geográficas fossem estudadas sob este enfoque do desmembramento municipal. Entretanto estes pontos de questionamento devem ser levantados orientando uma futura programação para o DEGEO, na qual essa escala de espaços institucionalizados, isto é, os municípios, deva ser estudada relacionada à sua organização geográfica.

4.2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.

A análise mostrou que o espaço geográfico brasileiro nos cinquenta anos que foram pesquisados, foi a resultante tanto da Integração através da forma de Interiorização como da Modernização sob a forma da Urbanização.

A Interiorização expressa por indicadores demográficos está explicitada nos gráficos 1 e 2 e em mapas que foram elaborados, mas que não estão no Relatório.

O Gráfico I mostra ritmos de crescimento da população total por unidades da federação em dois períodos - 1900 a 1940 e 1940 a 1980. A preocupação em estender até o

início do século para ver como tinha sido o crescimento relativo da população total foi porque muitos estados já tinham grande parte de seus territórios como espaços geográficos, por conseguinte produtivos, em 1900, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. No caso de São Paulo, era onde o processo de acumulação capitalista já ocorrera com o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Ao mesmo tempo, entre 1900 e 1940, com as sucessivas crises econômicas no modelo primário-exportador, já a lavoura em São Paulo começara o processo de Modernização, através da diversificação de culturas. Aí também a mão-de-obra assalariada na agricultura era outro indicador do processo capitalista na economia agrícola.

Há um grupo de unidades da federação que apresenta um crescimento em ritmo ascendente, isto é, foi muito grande entre os dois períodos 1900 a 1940 e 1940 a 1980. São estados que tiveram seu povoamento expandido no segundo período, como Paraná, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Maranhão, Pará. Ainda neste grupo se colocam estados que tiveram seu espaço produtivo ampliado como Alagoas, Sergipe e a Bahia. O que deve ser enfatizado é que entre 1900 e 1940 estes estados tradicionalmente considerados nordestinos tiveram um crescimento pequeno, enquanto que os anteriores tiveram um crescimento grande.

O grupo de tipo de crescimento estacionado é composto por São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Piauí. Nos últimos 40 anos, a população total cresceu mas não muito, sendo que a diferença em relação ao período anterior foi inferior a 35%.

Cinco unidades da federação tiveram um crescimento relativo inferior no 2º período. São estados do Nordeste como Paraíba e Rio Grande do Norte; o Espírito Santo e os

dois estados do extremo Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É preciso reforçar que estes dois últimos tiveram, na década de 40 o povoamento do seu território já consolidado.

O Gráfico II desdobra o comportamento do crescimento da população total das unidades da federação no segundo período, isto é, entre 1940 e 1980. Aí ficam evidenciados tipos de crescimento diferenciado, entendendo-se melhor o gráfico I. Pode-se identificar um conjunto de mecanismos e fatores que orientaram os processos sociais no Brasil nestas 4 décadas em que o capitalismo se expandiu. Considerando-se o espaço geográfico como uma totalidade e pensando o conjunto de unidades da federação como uma estrutura regional, identificam-se três tipos de crescimento.

Os quatro períodos decenais graficados se complementam nos três tipos de crescimento. O período 50 e 60 foi a fase da expansão das áreas agrícolas nos Estados periféricos a São Paulo e Minas Gerais, como uma expansão da agricultura capitalista que nas décadas de 30 e 40 tinha se ampliado em São Paulo. Daí ter crescido muito a população do Paraná, de Mato Grosso do Sul, de Goiás; nesses Estados o aumento da população rural a nível municipal, em certas áreas, ultrapassou a 100%. O mesmo decênio é a fase do desenvolvimento urbano-industrial em São Paulo, em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Daí o "pique" do período no primeiro segmento do gráfico. Como antítese espacial há no Nordeste no mesmo decênio, uma queda no gráfico no segundo crescimento. No Nordeste, 50/60 foi o decênio de pequeno crescimento populacional, sendo que as áreas agrestinas acusaram perda de população rural em todos os estados, da Bahia ao Rio Grande do Norte. É bom recordar que enquanto a "Modernização" através da ampliação espacial da agricultura capitalista ocorria nos estados do cha-

mado Centro-Sul e a ideologia desenvolvimentista permitia a internacionalização do capital industrial em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, gerando a Urbanização como forma de produção do espaço geográfico, o Nordeste vivia sua intensa crise econômica e estrutural, liberando mão-de-obra que alimentou o processo de Modernização do Centro-Sul. No terceiro segmento do gráfico o período é também de crescimento, em Mato Grosso, Maranhão e menos no Amazonas e Pará. Sabe-se que 50/60 foi um decênio de procura de terras novas nos dois estados, fenômeno que vai se acentuar em Mato Grosso nas décadas seguintes, mas perde importância no Maranhão em 60/70.

Esta década é a de retomada de crescimento para a população nordestina. Sem dúvida a política de incentivos fiscais, os movimentos sociais iniciados no início da década, porém "sufocados" após a Revolução de 64 e, sobretudo, o crescimento urbano das cidades-capitais administrativas, permitiu uma retenção da mão-de-obra na própria região.

O primeiro segmento do gráfico mostra diminuição do ritmo de crescimento da população na década 70/80. O mesmo já verificado no 2º segmento. Os dois contrastam com o crescimento do ritmo no período no 3º segmento, de modo especial em Rondônia e Mato Grosso, mas também no Pará e no Amazonas.

A comparação dos três segmentos permitiu identificá-los como crescimento de Áreas Centrais e Periféricas Dinâmicas; de Áreas Periféricas Deprimidas e de Áreas de Fronteira. São modelos demográficos simplificados mas conceitualmente expressivos e que serão repensados na terceira parte deste relatório, quando se fará uma reflexão sobre a estrutura regional do país.

Quanto à participação percentual do contingente populacional de cada unidade da federação na população total do

país, constatam-se algumas características. Em 1940, São Paulo e Minas Gerais eram os dois estados de maior população, com 17,39% e 16,41% do total nacional, respectivamente. Em 1980, continuavam, ainda, com a mesma posição percentual, só que enquanto São Paulo aumentava a concentração, reafirmando o processo de concentração espacial do capitalismo, passando a ter 21,02% da população brasileira, Minas percentualmente teve um decréscimo, passando a representar 11,24%. O montante da população de São Paulo, na estrutura regional do país, já é um indicador de consumo e mão-de-obra no mercado de trabalho. Destaque merece em 1980 a posição do Paraná, que passou a ser de 6,40% do total nacional.

A forma de Interiorização pode ser analisada também pela ampliação da área dos estabelecimentos rurais, nas áreas das Unidades da Federação. Nos quarenta últimos anos a característica da produção do espaço geográfico foi a ampliação do espaço agrário, pela incorporação de grandes áreas ao processo produtivo, atingindo, em 1980, um total de 369.587.872 hectares, enquanto que em 1940 era de 197.720.247 hectares (IBGE, 1982).

As áreas das diferentes unidades da federação foram sendo apropriadas por posseiros, ocupantes, proprietários, transformando a natureza em espaços geográficos. Processos diferentes ocorreram nas diferentes unidades da federação. Nas áreas novas que em 1940 tinham menos de 10% de seus espaços, como estabelecimentos rurais, como o Maranhão, Pará e Amazonas, a interiorização se deu através da ocupação de terras devolutas por posseiros e ocupantes, e de projetos de colonização oficial desde a época Vargas até os processos mais recentes, já expressando um outro conteúdo de Integração Nacional, quando o modelo econômico-social se caracterizou pela

expansão capitalista em áreas que por serem espaços de reserva para o capital são denominadas de Áreas de Fronteira. Tanto na década de 40, como recentemente, é ocupando áreas, devolutas ou não, que a área dos estabelecimentos rurais se ampliou. A comparação dos dois mapas, um da situação em 1940 e o outro de 1980 permite constatar a produção do espaço geográfico, expresso pela área dos estabelecimentos rurais e algumas estruturas regionais. Em 1940 dois núcleos regionais do processo produtivo: Um constituído por São Paulo e Rio de Janeiro. Mais tarde quando apresentarmos os resultados da pesquisa sob o enfoque de estrutura regional, veremos que este era o núcleo da modernização agrícola superposta ao espaço cafeeiro capitalista. O outro núcleo era o Rio Grande do Sul, que já tinha 76,41% de seu território apropriado por produtores rurais. Esta Unidade da Federação sempre foi um espaço com especificidades na totalidade espacial brasileira, que será vista mais adiante.

Em 1980 a estrutura espacial é praticamente a mesma, só que espacialmente ampliada. O espaço geográfico materializado nas terras agropastoris se consolida a partir de São Paulo e seu arco circunvizinho: Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais. O Rio Grande do Sul tem seu território quase que totalmente apropriado e anexado ao processo produtivo - 90,5% - são de estabelecimentos rurais. A modernização, aí, como conteúdo dos processos sociais, vai ser a modernização da agricultura, não só pela economia de grãos que não existia em 1940, sobretudo a soja, mas a tecnologia e o emprego de capitais, em terras quase totalmente ocupadas.

A posição percentual de cada uma das unidades da federação na área total de lavouras temporárias cultivadas no Brasil em 1940 e 1980 é um indicador do peso ou importância

de cada uma delas no processo produtivo, sobretudo quando se avalia a política do sistema econômico dos últimos decênios para a agricultura do país, onde a produção de alimentos para o montante de população que teve intenso crescimento nos últimos 40 anos, não foi privilegiado.

O quadro II foi elaborado para mostrar a posição das partes no processo de produção agrícola total. A comparação temporal permite identificar mudanças na estrutura regional do país e levar a repensar os processos sociais e seus conteúdos, onde o espaço agrário é uma das formas de expressar o conteúdo "Modernização".

QUADRO II

Área de Lavouras Temporárias - Posição Percentual das Unidades da Federação na Totalidade Espacial Brasileira.

Posição em 1940			Posição em 1980		
Área tot. de lav. temp. (12.873.660ha)			Área tot. de lav. temp. (38.687.995)		
Posição das Unidades da Federação			Posição das Unidades da Federação		
ordem	UF	%	ordem	UF	%
01	São Paulo	20,6	01	Rio Grande do Sul	16,8
02	Minas Gerais	16,0	02	Paraná	13,3
03	Rio Grande do Sul	11,4	03	São Paulo	10,8
04	Bahia	7,3	04	Minas Gerais	9,4
05	Ceará	7,1	05	Goiás	7,9
06	Pernambuco	5,1	06	Bahia	5,1
07	Paraná	4,4	07	Santa Catarina	4,4
08	Rio de Janeiro	3,7	08	Mato Grosso do Sul	4,1
09	Paraíba	3,4	09	Pernambuco	3,9
10	Santa Catarina	3,1	10	Mato Grosso	3,8
11	Piauí	2,3	11	Maranhão	3,7
12	Goiás	2,2	12	Ceará	3,6
13	Pará	2,1	13	Alagoas	2,1
14	Espírito Santo	2,1	14	Paraíba	2,0
15	Maranhão	2,0	15	Piauí	2,0
16	Amazonas	1,7	16	Pará	1,8
17	Alagoas	1,7	17	Rio Grande do Norte	1,6
18	Mato Grosso	1,5	18	Rio de Janeiro	1,3
19	Rio Grande do Norte	1,3	19	Espírito Santo	0,7
20	Sergipe	0,7	20	Amazonas	0,6
21	Acre	0,3	21	Rondônia	0,5
			22	Sergipe	0,4
			23	Acre	0,1
			24	Roraima	0,1
			25	Amapá	0,0

Na década de 40 havia dois núcleos espaciais quanto à produção de lavouras temporárias. Um representado pelo estado de São Paulo, que dominava a produção das lavouras temporárias, formando com Minas Gerais o núcleo regional agrícola com 36,6% da área cultivada em todas as lavouras temporárias do Brasil. O outro era o Rio Grande do Sul, com 11,4%.

A situação segundo o Censo Agropecuário de 1980, que retrata a estrutura produtiva do fim da década de 70 mostra transformações acentuadas na estrutura espacial brasileira.

O Rio Grande do Sul, que já vimos, tem mais de 90% do seu território apropriado, é o grande núcleo das lavouras temporárias. Ele se posicionou no primeiro lugar entre as unidades da federação, tendo 16,8% da área cultivada com lavouras temporárias do país. É fácil entender esta importância porque após 1940 a área cultivada se expandiu sobretudo pela expansão da cultura da soja e do trigo. A preocupação do modelo econômico, direcionado para a exportação de grãos, deve ter contribuído para esta expansão. É preciso lembrar, também, a soja como matéria-prima para óleo comestível.

O segundo grande núcleo "regional" agrícola em 1980 é o resultado da expansão espacial do núcleo principal já existente em 1940: São Paulo com Minas Gerais. Só que complementado pelo Paraná, que se posicionou como a segunda grande unidade da federação quanto a área de lavouras temporárias.

O objetivo deste relatório é indicar pontos para futuras investigações e não interpretar os resultados da pesquisa, cuja análise empírica é de grande generalização. É muito mais direcionar eixos de investigação pormenorizada e com desagregação de análise, que deverão nortear outros projetos. A comparação entre as duas situações temporais a nível de u-

nidades da federação, porém, por si só já indica que houve uma expansão espacial dos "núcleos agrícolas" a partir de São Paulo, o "core agrário" em 1940. Expandiu-se a agricultura em Goiás, que se posicionou em 5º lugar e em Mato Grosso do Sul, que ficou em 8º lugar, em 1980. Áreas de expansão de frentes agrícolas devem ser estudadas no Projeto Geografia do Brasil, no que são conceituadas como "regiões de fronteira", como Mato Grosso e o Maranhão, que passaram a ter em 1980, posições percentuais importantes na totalidade da agricultura brasileira, sobretudo quando se compara como se encontravam em 1940.

A Modernização foi o outro conteúdo dos processos sociais que serviu como categoria de análise para investigar a produção do espaço geográfico brasileiro.

Ao nível da análise empírica a forma Urbanização permite entender a Modernização. A urbanização expressa, tanto a estrutura produtiva propriamente dita, isto é, a indústria e a agricultura, como a intermediação e o consumo. A massa da população urbana pode ser a dimensão da produção como um todo. Foi esta informação quantitativa que serviu como dado para analisar a Urbanização.

A comparação temporal 1940-1980 pode indicar uma série de mecanismos que atuaram nos processos sociais conceituados como de Modernização. Através do tamanho de população, da ordem de tamanho de cidades, de grupos de tamanho, pode-se inferir como a Urbanização é uma forma da Modernização.

O Quadro III foi a base empírica para a análise. Os mapas da Figura 3 visualizam a forma de Urbanização em dois momentos do tempo, através da distribuição espacial das cidades. A relação das cidades, por ordem de tamanho de população, complementam as informações empíricas (ver anexo 1).

O primeiro fato de Modernização é o montante de po

pulação urbana em 1940 (12.880.182 hab) e 1980 (80.479.448hab). Em 40 anos, realmente, o país se urbanizou. Em 1980, 68% da população brasileira viviam em cidades, enquanto que em 1940, habitavam nas cidades apenas 31% da população total.

A distribuição das cidades por classes de tamanho evidencia certas características da forma de urbanização. Para esta distribuição foram estabelecidas classes de população a partir de um limite mínimo de população. Como o universo urbano de 1940 era quantitativamente menor quando comparado ao de 1980, ele foi considerado o ponto de referência básico para se definir qual o limite mínimo de população urbana a ser analisada naquela distribuição. Definiu-se que as cidades com população até 10 mil habitantes deveriam ser incluídas para a análise da distribuição. Verificou-se que esse limite era representativo porque ele representava 0,08% da população urbana total do país em 1940.

Procurou-se dar uma equivalência aos valores percentuais entre 1940 e 1980, pois o universo urbano era outro nesta última data. Assim, enquanto que em 1940, 0,08% da população urbana total era constituída por 10.000 habitantes, em 1980 já representava 64.000 habitantes. Isto significa que uma cidade de 10.000 habitantes em 1940 tinha a mesma importância percentual de uma cidade de 64.000 habitantes em 1980, quando se analisa a distribuição urbana por classes de tamanho de população.

Com isto teve-se, também, um mesmo número de cidades analisadas nos dois anos censitários, isto é, um total de 141 unidades urbanas. Em 1940 esta quantidade representava 8,96% das cidades brasileiras. Já, em 1980, representava apenas 3,53% do total nacional. Sob o ponto de vista de população, aquele sub-total, isto é, as 141 cidades em 1940, repre-

sentavam 57,77% da população urbana do Brasil. Em 1980 representava 52,18%. Isto tudo significa que em 40 anos houve um grande aumento do número de cidades e uma melhor distribuição da população urbana pelo território nacional.

A análise do Quadro III permite ainda, outras constatações.

Em 1940 a concentração urbana se fazia em apenas 2 cidades, pois estas concentravam 21,81% da população urbana brasileira. As cidades eram: o Rio de Janeiro, com 1.539.538 habitantes e São Paulo, com 1.269.485 habitantes. Na época eram as duas únicas cidades com mais de 500 mil habitantes. Elas estavam na classe de acima de 3,88% do total do país.

Em 1980, na mesma classe percentual, estavam as mesmas cidades, entretanto representando apenas 15,07% do total urbano do país. Mudara também, a posição entre elas. São Paulo passou ao primeiro lugar, com 7.033.529 habitantes, enquanto que o Rio de Janeiro tinha 5.093.232 habitantes.

Quanto ao montante de população constata-se que a forma de urbanização tinha sido incrementada, em 1980. Já existiam 13 cidades com mais de 500 mil habitantes. Isto significa que aumentou o número de cidades grandes, havendo maior equilíbrio espacial quanto à distribuição de cidades no território nacional nos últimos 40 anos.

Aumentou, igualmente, o número de cidades das classes subsequentes, representando percentuais entre 0,39 e 0,16% dos totais. Com isso em 1980 era grande o número de cidades com população de 185 mil habitantes a 315 mil habitantes, num total de 24 centros urbanos. Em 1940, aquele valor percentual tinha uma equivalência absoluta de 30 mil a 50 mil habitantes e naquela classe tinham apenas 12 cidades. Isto reforça a constatação já feita de uma melhor distribuição das cidades por

tamanho de população.

Os dois mapas elaborados com a distribuição por classes de tamanho nos dois anos permite uma comparabilidade espaço-temporal.

Em 1940 três estados concentravam o maior número de cidades e de maiores tamanhos: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesta área estavam as duas grandes cidades com mais de 1 milhão de habitantes e três das seis cidades da classe entre 100 e 200 mil habitantes (Belo Horizonte, Niterói, Santos).

Outra área que se destacava em 1940 era o Rio Grande do Sul. A estrutura urbana através da distribuição das cidades por classes de população mostra-se equilibrada espacialmente, destacando-se de outros espaços no território nacional.

Nela estava Porto Alegre, com uma população de 262.678 habitantes. Da classe de população entre 50 a 100 mil habitantes, destacavam-se Pelotas e Rio Grande. Da classe subsequente, tinha-se Santa Maria e Bagé. Esta distribuição espacial equilibrada por classes de população no território estadual indicava uma organização do espaço bem específica na época, naquela unidade da federação. Áreas coloniais especializadas, produzindo alimentos e matérias-primas agrícolas eram servidas por centros urbanos, locais de comercialização, troca e produção de bens de origem colonial. A pecuária gaúcha era diferente da pecuária desenvolvida até 1940, em outras áreas do país. A formação econômico-social sulista explica aquela estrutura espacial das cidades.

No interior do território nacional só uma cidade se destacava em tamanho populacional: Manaus, com 67.866 habitantes, sendo a 16a. cidade em população em 1940. Outro cen-

tro urbano interiorizado era Campo Grande, que tinha apenas 23.460 habitantes, sendo a 48a. cidade em ordem de tamanho.

Em 1940, no litoral do Nordeste, as capitais estaduais eram os centros de maior tamanho populacional, destacando-se Recife e Salvador como as maiores, ocupando o 3º e o 4º lugar, respectivamente. Fortaleza estava em 9º lugar e tinha 142.429 habitantes.

No mapa de 1980 percebe-se uma forma de urbanização com interiorização pelo território nacional e dispersão espacial do litoral do Sudeste para o interior de Mato Grosso do Sul e estendendo-se por Minas Gerais e Goiás.

Observa-se, igualmente, concentração espacial de população em cidades já aglomeradas, constituindo áreas metropolitanas.

A estrutura espacial das cidades no Rio Grande do Sul apresentou modificações. Não é grande o número de cidades com mais de 60 mil habitantes. Isto fez com que o número de cidades no Rio Grande do Sul, em 1980, fosse menor no mapa. Neste estado entre 1940 e 1980 houve uma expansão das cidades pequenas, dispersas nas áreas coloniais em modernização. Os núcleos de serviços coloniais, evoluíram para cidades, todas pequenas, próximas umas das outras, equilibradas espacialmente. Os centros já grandes e existentes em 1940, cresceram, mudando de classe de tamanho de população em 1980. Houve concentração espacial de população urbana em torno de Porto Alegre, surgindo uma região metropolitana.

Concentração de população houve, também, nas cidades que eram capitais estaduais no Nordeste. Cresceram espacialmente, anexaram espaços rurais transformados em subúrbios. Aglomeraram-se pequenos centros urbanos, surgindo as regiões metropolitanas de Salvador e Recife.

A comparação das relações de cidades por tamanho de população ordenadas em 1940 e 1980, permite constatar certas peculiaridades que vêm complementar as constatações que se fizeram sobre a forma de urbanização como expressão da Modernização.

Uma das peculiaridades é a mudança acentuada da ordem de tamanho das cidades de Goiânia e Curitiba. A capital de Goiás em 1940 estava na 78a. posição entre as 141 cidades analisadas. Em 1980 passou para 9º lugar. Sem dúvida esta mudança é a expressão de todo o processo de interiorização por que passou a ocupação do território brasileiro e isto será analisado na 3a. parte deste relatório. Goiânia é produto de Integração - Modernização como conteúdo dos processos sociais vigentes no país na sua evolução nos 40 anos analisados.

Curitiba mudou do 11º lugar para o 7º lugar. Centro político-administrativo de um estado que teve sua ocupação efetivada a partir de 1930, Curitiba evoluiu para uma metrópole moderna, constituindo uma região metropolitana já no fim da década de 70.

Algumas quedas posicionais merecem ser enfatizadas como a de Santos e Niterói. O porto paulista, e isto faz lembrar a importância que teve na época do modelo primário exportador, como porto escoador de café, estava em 1940, no 8º lugar, entre cidades que eram capitais estaduais. Em 1980, caiu para 17º lugar.

Niterói que foi capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, em 1940, ocupava o 10º lugar na relação ordem-tamanho. Após a fusão com o antigo Estado da Guanabara em 1975, perde posição e passa a ocupar o 19º lugar. Perdeu posição inclusive para a cidade de Nova Iguaçu, que com 491 mil habitantes em 1980, estava no 14º lugar.

Outra característica a ser assinalada é que, como Nova Iguaçu, outras cidades integrantes de regiões metropolitanas, como Osasco, Santo André, Guarulhos, estavam entre as maiores cidades do país em tamanho populacional, ocupando os 20 primeiros lugares na relação ordem-tamanho em 1980.

Este é um outro indicador de que a forma de urbanização se concretizou através do processo de metropolização.

A transformação da economia do país, que de agrária passou para a industrial complexa e avançada fez com que cidades onde o processo ocorreu tivessem sua população aumentada. As cidades que se industrializaram e que não fazem parte das regiões metropolitanas ocupam, também, posições elevadas na relação ordem-tamanho.

A modernização administrativa e a intervenção do Estado na economia, privilegiando as capitais estaduais com serviços técnicos e mão-de-obra, gerou aumento das funções urbanas e de população nas cidades.

A urbanização foi então a forma do conteúdo Modernização a partir de 1940.

4.3. AS ESTRUTURAS REGIONAIS PRETÉRITAS.

A atual estrutura regional do país, caracterizada por profundas desigualdades espaciais pode ser compreendida a través da produção do espaço geográfico brasileiro ao longo destes 50 anos de análise empírica.

Qualquer que seja a abordagem metodológica assumida, ao nível explicativo, é admitido que as chamadas "desigualdades regionais" são uma consequência da evolução do capitalismo no país.

A totalidade espacial do Brasil apresenta-se com partes onde a urbanização e a estrutura da produção assemelha

se aos espaços geográficos de capitalismo avançado. Em outras partes o espaço geográfico é produzido e tem uma organização ou estrutura que reflete relações de produção de um capitalismo do tipo mercantil.

Um dos objetivos desta pesquisa é a partir desta totalidade complexa, conhecer suas partes. Como partes utilizaram-se as Unidades da Federação que reunidas segundo uma característica poderiam definir um bloco regional (Duarte, 1980). Conceitualmente admite-se que os espaços geográficos são produzidos e reproduzidos ao longo do tempo. Igualmente, conceitua-se que tempo não é tempo empírico, isto é, balizado cronologicamente, e sim conceitual, isto é, caracterizado por determinações históricas. É o tempo conceitual que é utilizado para se estabelecer uma periodização que permita entender a produção do espaço ao longo do tempo; na nossa pesquisa, 50 anos.

A pesquisa orientada para entender as transformações na divisão territorial do país e no seu espaço geográfico se aprofundou para definir períodos que caracterizassem aquelas transformações.

Os períodos a que se chegou são caracterizados por estruturas regionais que são diferentes da estrutura atual, mas que foram a sua origem.

A denominação dos períodos foi definida a partir da construção teórico-conceitual sobre o espaço geográfico brasileiro na atualidade. Os períodos serão apresentados sob a forma de Quadros.

As categorias conteúdo e forma dos processos sociais (8) orientaram a caracterização dos períodos e das estruturas regionais pretéritas construídas.

I. O PERÍODO DA FORMAÇÃO DA ESTRUTURA REGIONAL ATUAL (1930-1945).

O Quadro IV é uma visualização dos processos sociais desenvolvidos no período a partir das categorias selecionadas (9).

Como a objetivação da pesquisa é produzir um conhecimento sobre a estrutura espacial total, objetivada através da estrutura regional, o resultado da pesquisa é apresentado na coluna correspondente. O título do Quadro IV orienta a leitura do mesmo. E é nele que deve estar a reflexão e o questionamento para repensar a atual estrutura regional do Brasil.

Na historiografia brasileira o período de 1930 a 1945 é denominado da Era Vargas. A característica fundamental do sistema social é o fortalecimento do poder central e da formação do Estado Nacional - ideologia que vai orientar toda a política de governo, sobretudo com a implantação do Estado Novo. A centralização do poder se opôs às oligarquias regionais, ao mesmo tempo que a nova ordem social se estabelecia como o "moderno" sobre o tradicional. A Integração e a Modernização se interagem como conteúdos dos processos sociais.

Apesar das divergências sobre o significado da Revolução de 30 na história da sociedade brasileira, ela é considerada um "marco que inaugura modificações substanciais no plano econômico e social e acelera a implantação da sociedade industrial" (Camargo, 1980).

Estas modificações que se inserem no conteúdo de modernização, tiveram como instrumentos políticos uma série de medidas de ordem econômica, institucional, administrati-

va e social que só foram possíveis com a centralização do poder, exercida através da figura de Vargas, com o apoio da sociedade civil que, imbuida da ideologia da necessidade de se constituir o Estado Nacional, viabilizou a centralização do poder, desestabilizou as oligarquias regionais e o federalismo como vigorara na República Velha (10).

A análise deste período em seus aspectos institucionais evidencia que tudo foi direcionado muito mais pela convergência das forças internas da Nação, do que pela expansão do capitalismo internacional processado entre as duas Guerras Mundiais. A sociedade brasileira na década de 30, aceitou a nova ordem política do Estado Novo muito mais pela insatisfação com o modelo liberal e os problemas sociais enfrentados na República Velha, do que pela interferência do capitalismo internacional. Foi o período, entretanto, em que foram estabelecidas condições para se transformar o país em uma formação social de economia capitalista, periférica e dependente.

A centralização política e a ideologia do Estado Nacional se utilizavam de mecanismos ou instrumentos, enfim, de estratégias que possibilitaram a modernização da sociedade brasileira e da sua economia. Alguns instrumentos mais importantes no processo social do período definido estão relacionados no Quadro IV. Não cabe aqui descrevê-los e interpretá-los e sim utilizá-los como "dados" para entender a produção do espaço geográfico no período.

O espaço geográfico produzido é a resultante da interrelação dos conteúdos e formas. A Integração é viabilizada por causa da Modernização e a Modernização transforma a forma da Interiorização. Ao mesmo tempo a Urbanização como forma é consequência do conteúdo Modernização, mas nas áreas onde houve Interiorização, a Urbanização é uma forma do conteúdo Inte

gração. A relação não é unidirecionada, mas interagente e transformadora. A forma não é a materialização do conteúdo. A forma é processo como também o é o conteúdo. O que vai resultar da interrelação é uma estrutura na produção do espaço geográfico, que é uma estrutura espacial.

Concluiu-se que foi neste período que a atual estrutura regional do Brasil teve sua formação. Isto não quer dizer que tenham surgido, aí, as desigualdades espaciais do país. Estas existiram desde que o povoamento surgiu com a colonização portuguesa. As chamadas "desigualdades regionais" têm suas origens quando a lavoura agro-açucareira começou a perder os mercados internacionais. O ouro descambou a posição do açúcar na estrutura colonial brasileira no séc. XVIII.

O período é o de formação de uma estrutura regional de um capitalismo industrial que se expandiu após 1930. A partir daí o espaço nacional se articulou, passou a existir um mercado nacional. A sociedade e o espaço geográfico brasileiro a partir de 1930 se opuseram à sociedade e ao espaço da República Velha.

Alguns aspectos na estrutura espacial devem ser enfatizados neste período, caracterizando a produção do espaço geográfico:

1. A interiorização que produziu espaços rurais dispersos ou nucleados e onde surgiram povoados, vilas e centros urbanos pouco articulados entre si - estrutura espacial das frentes pioneiras e das áreas de extrativismo vegetal.

2. A estagnação de espaços produtivos monocultores como a área agro-açucareira do Nordeste ou do extrativismo da borracha e da castanha; expansão da pecuária em es

paços à retaguarda das áreas monocultoras e de espaços produtivos em áreas já ocupadas, com diversificação de agricultura e crescimento de centros urbanos para comercialização e beneficiamento de produtos rurais - estrutura espacial das "regiões tradicionais atomizadas" da República Velha ou mesmo do Império e das "regiões coloniais do Sul do país".

3. a concentração de produção e força-de-trabalho em áreas rurais e urbanas em processo de modernização (introdução de novas culturas, tecnologia e capital); consolidação de espaços rurais contínuos, densamente povoados e de centros urbanos com indústrias florescentes - estrutura espacial da Região Central ou Núcleo, em formação.

4. a integração de núcleos urbanos pela concentração da população, do consumo, das indústrias modernas e dos serviços - estrutura espacial das áreas metropolitanas em formação na Região-Núcleo - isto quer dizer: São Paulo e Rio de Janeiro (11).

O espaço geográfico brasileiro como uma totalidade social pode ser então compreendido no período de 1930 a 1945, a Era de Vargas, tendo uma estrutura regional em articulação.

Todo o sistema social - o que quer dizer, os processos sociais, vistos em suas características de forma e conteúdo que são categorias que explicam a estrutura espacial através de Integração-interiorização; Modernização-urbanização - viabilizou a articulação das regiões. O período foi uma fase de transição entre a estrutura espacial atomizada e não articulada, da República Velha, para a fase posterior, a que vai de 1946 a 1964, quando o espaço geográfico brasileiro tem ou-

tra estrutura.

II. PERÍODO DA ARTICULAÇÃO REGIONAL (1946/1964).

O quadro V foi elaborado segundo as mesmas categorias e sua leitura segue a mesma orientação metodológica feita para o período anterior.

Este período é caracterizado na história da sociedade brasileira como o da "democracia populista" (Ianni, 1978). É a época da política de massas; padrão de organização política e sustentação de um estilo de poder que termina com a chamada Revolução de 64. É a época, para o Brasil, da transformação para uma economia industrial, sob a ideologia desenvolvimentista. Entretanto não é um período, na totalidade social, homogêneo.

Os quatro primeiros anos deste período (1946-1950), o de reorganização institucional e da formulação da nova Constituição - de 1946, foi uma fase de transição, onde o crescimento econômico esteve estagnado. O governo Dutra não dera continuidade à obra iniciada por Vargas durante o Estado Novo, no caminho da modernização e crescimento econômico do país (D'Araujo, 1982) (12). A retomada do crescimento é encetada no segundo Governo Vargas (1951-1954), quando foram dados os passos concretos para a consolidação do processo de industrialização do Brasil e que vai caracterizar a outra fase, propriamente desenvolvimentista, do período que é o Governo Kubitschek. O último segmento do período (1961-1964) é caracterizado por intensa crise político-institucional. Foi uma fase de crise econômica e que terminou com o colapso do populismo, e a instauração do regime militar.

Neste importante período da história da sociedade

brasileira, o espaço geográfico foi intensamente modificado, reflexo das transformações ocorridas na totalidade social. A análise dos processos sociais permitiu concluir que o conteúdo do Modernização dominou sobre a Integração, apesar da construção de Brasília, que teve repercussões na forma de Interiorização, sobretudo, no Planalto Central, para onde se transferiu o Distrito Federal e, por conseguinte, a capital do país. A Urbanização foi a forma dominante da Modernização que é a categoria de análise para entender o desenvolvimento como ideologia dominante na época. Ela é a expressão concreta, produzindo espaços, do processo social totalizante, isto é, o da expansão capitalista no país na segunda metade do século XX. Entre 1950 e 1960, o crescimento da população urbana no Brasil, foi de 70,4%, o maior crescimento relativo verificado nos quatro períodos intercensitários. No período anterior, 1940-1950, o crescimento tinha sido de 45,8%, apenas. "Na década de 50-60, que corresponde à etapa final da industrialização substitutiva, o fenômeno da urbanização faz-se sentir, sobretudo, em áreas de maior densidade de população, economicamente mais desenvolvidas, com maior número de cidades e de maior conexão" (Duarte, 1978). Isto mostra a caracterização espacial deste período que é o da articulação regional e a acentuação da estrutura regional desigual no país como uma totalidade espacial e social.

O conteúdo da Modernização reflete outra estrutura social do período, quando comparado com o do período anterior. Neste a Modernização refletia uma rejeição à estrutura social da República Velha. Ela estava centrada na figura de Vargas e foi viabilizada pela centralização do poder, sobretudo no Estado Novo e na sua ideologia do Estado Nacional. No período em pauta a Modernização expressa outro conteúdo so-

cial. É a expressão de uma sociedade consciente de seu poder de participação, engajada no crescimento econômico através da ideologia desenvolvimentista.

Na década de 50, a sociedade, após a redemocratização do país, tinha outro nível de participação. A abertura político-partidária com a pluralidade de idéias, gerando conflitos de interesses pelo poder e crises institucionais e políticas não mudou o rumo da ideologia desenvolvimentista que atingia assim todos os segmentos sociais; do político, passando pelo empresário, pelo técnico, ao trabalhador.

Para a análise das categorias Modernização e Integração e suas formas: a Urbanização e a Interiorização, o importante não é trabalhar com mecanismos, agentes ou instrumentos, como foi feito no período anterior. Estes eram estratégias a partir da centralização do poder e da pessoa de Vargas e seus agentes. A situação da totalidade social no período em pauta é trabalhar, como elementos analíticos, as estratégias globalizadas. Daí optou-se por relacionar no Quadro V, na coluna das interações entre forma e conteúdo dos processos sociais, outros elementos. Um deles, e que é uma expressão do conteúdo Modernização, foi a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (13). O outro, na fase desenvolvimentista, é o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Os dois, um no 2º Governo de Vargas e o outro no Governo de Juscelino, refletem o fortalecimento da ação do Estado no planejamento econômico do país. A análise desses elementos permite entender a totalidade social. As contradições entre o nacionalismo de Vargas e a penetração do capitalismo internacional no seu governo; são os compromissos com os Estados Unidos, a associação de interesses entre o capital nacional e a penetração de grupos internacionais no crescimento indus-

trial do país entre 1950-1960.

Neste período, se houve líderes, como Vargas e Juscelino, houve muito mais a postura da sociedade civil em relação ao conteúdo Modernização. Nesta época forma-se um segmento da sociedade que sem pertencer propriamente à burguesia empresarial, passa a ser indutor do desenvolvimentismo e da internacionalização do capitalismo no país. É um segmento da classe dominante, constituído por cientistas, técnicos e políticos, que através de novas instituições de governo, estudam, orientam e implementam a transformação econômica do país e de seu espaço geográfico. Este segmento foi identificado por cientistas sociais como tecnoburocracia (Cardoso, 1975, Bresser Pereira, 1977), seus agentes ou componentes, os tecnocratas.

No período subsequente a situação será diferente. A sociedade civil já não será a indutora do processo social, como uma totalidade, e sim a classe militar. O mesmo segmento da classe dominante, denominado de tecnocratas, será utilizado como instrumento e não como indutor do processo social.

Na coluna onde se procura relacionar forma e conteúdo foram assinalados poucos "marcos" desenvolvimentistas. Ela contem, entretanto, todos os instrumentos e mecanismos que foram viabilizados pelos agentes da totalidade social: governo, empresariado, técnicos, cientistas e políticos.

As características da produção do espaço geográfico estão relacionadas na coluna correspondente e não precisam ser descritas (ver Quadro V).

A estrutura regional é entendida como uma estrutura articulada. É a articulação de espaços, constituindo um mercado nacional de mercadorias produzidas na Região Núcleo

em consolidação. A articulação de espaços regionais no período significa a abertura de mercados no Nordeste e no Sul para bens produzidos, sobretudo, em São Paulo. Esta articulação é processada através das capitais estaduais, pontos de apoio, ou articulação entre a região produtora de bens e seus lugares e espaços intra-regionais.

Esta articulação afeta a produção industrial de bens de consumo não duráveis (alimentos, têxteis, vestuário, calçados) do Nordeste. A crise neste tipo de produção se estabelece em decorrência da produção da Região Núcleo em modernização. Com mercadorias produzidas em maior abundância, diversificada e de preços mais baixos, a Região Núcleo coloca, através das metrópoles regionais, mercadorias a serem consumidas em suas áreas de influência.

Nas atividades agrárias, mantendo-se a estrutura social e de produção tradicionais, faz com que ocorra a estagnação, ou mesmo a retração, do espaço produtivo para alimentos. Isto gera migração do campo para a cidade, inchando as cidades de dimensões regionais.

A articulação se processa, também, entre espaços dinâmicos como as regiões agrárias coloniais (14), não só pela modernização da produção agrícola de alimentos, como de matérias primas e a Região Núcleo. Concomitantemente, nos centros urbanos de origem colonial ou onde se abrigou um segmento social enriquecido pelo comércio (Porto Alegre), a indústria especializada de bens de consumo (frigoríficos, felpudos, vinhos, etc), prospera, se desenvolve, permitindo que lugares coloniais entrem no mercado nacional, articulando a região meridional com a Região Núcleo e o restante do país.

Vastos espaços na Amazônia permanecem neste período ainda pouco integrados ao mercado nacional. Entretanto Be

lém articula seu espaço com o polo da Região Núcleo. Esta expande-se para terras ricas e disponíveis em Goiás e na parte sul de Mato Grosso. Brasília permitiu esta interiorização a partir do Núcleo representado por São Paulo. Daí ser extensa a área comandada por São Paulo no espaço conceituado como Centro-Oeste. São Paulo é, então, uma metrópole de ação nacional, desempenhando no período o papel que o Rio de Janeiro desenvolveu no período anterior, entretanto como centro político. A posição de São Paulo, metrópole nacional na estrutura regional do Brasil, vai evoluir para uma posição hegemônica, refletindo novos conteúdos de Modernização e Integração no período subsequente.

III. PERÍODO DA HEGEMONIA REGIONAL (1964-1984).

Este período, como os anteriores, não é homogêneo, quando se investiga a sociedade brasileira como uma totalidade social.

A primeira fase é caracterizada como de transição. Ela vai de 1964, com a queda do Governo Goulart, até 1968, quando foi firmado o Ato Institucional nº 5. Nesta fase foram dados os passos para consolidar o regime militar que dominará hegemonicamente na fase seguinte (1969-1973), entrando em declínio na fase subsequente (1974-1984), que marca o fim do regime e a redemocratização do país.

No conjunto, o período compreende 20 anos de regime militar, autoritário e centralizador. Foi neste período que foi retirado das mãos dos políticos (15) o papel de condutores da política da Federação, desmobilizando a ação do Congresso Nacional como um dos poderes da República. A sociedade civil deixou de participar do processo social, mesmo os seg-

mentos da classe dominante (Assis, 1984).

A centralização do poder foi viabilizada a partir da ideologia da "Segurança Nacional" associada à política do "Desenvolvimento Nacional". A legitimidade do regime foi auto-definida pelo Ato Institucional nº 1 (16). A constituição de 1967 foi definida para viabilizar o regime que fora implantado em 1964. Ele continha as diretrizes da ideologia de Segurança Nacional que nortearam a política econômica (ADESG, 1970) e a repressão político-social vigente, sobretudo na segunda fase do período.

Esta segunda fase foi conhecida como a do "Milagre Brasileiro". Nela as estratégias foram traçadas pelo governo militar de Médici, com a participação de alguns tecnocratas, tendo como meta um crescimento econômico, a "todo preço". A sociedade civil, através do Congresso Nacional, não participou do processo. A economia nacional em seu conjunto, bateu todos os recordes de crescimento: 9,5% em 1970; 11,3% em 1971; 10,4% em 1972; 11,4% em 1973, como provam os dados oficiais publicados na época e analisados por cientistas sociais como Singer (1972), Furtado (1972), Cardoso (1975).

É nesta fase que o espaço geográfico brasileiro passa por profundas transformações. A estrutura regional do país evolui de um modelo regional polarizado articulado para uma estrutura regional hegemônica, sob o controle da Região-Núcleo.

Houve a interiorização do capital hegemônico, ampliado no Núcleo com o processo de internacionalização desenvolvido desde os períodos anteriores.

A hegemonia da Região-Núcleo é processada como um todo pelo território nacional. Não é mais a articulação de espaços pelo mercado nacional, tendo São Paulo como o grande

foco de produção. Já é a hegemonia da Região-Núcleo transformada como espaço geográfico da totalidade social. É nesta fase que a Amazônia se integra na totalidade espacial como uma fronteira de recursos para o capital hegemônico em ampliação na Região Núcleo.

A terceira fase que vai de 1974 até 1984 é, na história da sociedade brasileira, a fase da crise econômica, da inflação acelerada, do crescimento da dívida externa, do "deficit" na balança de pagamentos, da recessão econômica e do desemprego.

A crise econômica, cujas causas foram bem estudadas pelos cientistas sociais, desarticulou o regime militar, abalando o sistema social vigente. A necessidade de reajustar a infraestrutura econômica levou à abertura política e às transformações institucionais que agora ocorrem.

No período em pauta a característica fundamental do sistema econômico que evoluiu para um capitalismo financeiro (Tavares, 1977) foi o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Se consolidou o papel do Estado-empresário, trazendo um descompasso com o empresariado nacional e a iniciativa privada.

Através de planos grandiosos de investimentos, cujos recursos vieram de empréstimos externos, o país cresceu sob o controle do regime militar, dos tecnocratas da área econômica e do chamado planejamento nacional.

Toda a política econômica e a administrativa estava, aparentemente, sob a articulação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (os PND), na realidade sob o controle de alguns poderosos elementos do regime. O papel dos ministros extraordinários ou secretarias extraordinárias foi muito grande na execução das obras e programas monumentais (energia, trans

porte, mineração) que modificaram o espaço geográfico.

Procurando associar a ideologia da Integração Nacional com a da Segurança e Desenvolvimento, acelerou-se a Modernização do país. A idéia de modernização estava impregnada da noção de planejamento como instrumento de coordenação da atividade governamental (Assis, 1984). Entretanto a teoria de planejamento foi reformulada para se alcançar metas não planejadas. O "milagre" transformou-se em crise social. O espaço geográfico produzido durante o "milagre" redundou numa estrutura espacial fortemente desigual quanto às condições econômicas e sociais. As "desigualdades regionais" se acentuaram, perpetuando os espaços dos pobres em áreas já empobrecidas. Espaços ainda não ocupados passam a sê-los, por interesses e estratégias que não beneficiariam as populações locais ou regionais, mas a grupos da Região-Núcleo ou do Sul do país, onde o espaço produtivo já estava totalmente apropriado.

Algumas características na produção do espaço geográfico devem ser relacionadas.

Pela Integração Nacional novos espaços produtivos são criados em áreas até então subpovoadas e dedicadas tradicionalmente ao extrativismo vegetal. Estes novos espaços redundam da política de colonização encetada pelo INCRA em áreas de terras devolutas. Este órgão, organizado no regime militar, ficou encarregado da política fundiária e do assentamento de colonos em áreas de fronteira política e ao longo das rodovias federais implantadas pelo programa de "Integração Nacional". O INCRA orientou, também, projeto de colonização de iniciativa privada, com capitais de empresas de terras e colonização provenientes de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Na década de 70 e nos últimos anos, á-

reas ainda não ocupadas ou rarefeitamente povoadas, foram transformadas em espaços produtivos em Rondonia, Pará, Mato Grosso.

Grandes empresas agropecuárias se instalaram nesta área, ao lado do assentamento de pequenos colonos, graças aos financiamentos dos recursos da SUDAM. O espaço geográfico produzido não é, então, homogêneo sob o ponto de vista da estrutura produtiva. Existem na Amazonia diferentes formas de fronteiras agrícolas. Estas, justapostas aos grandes projetos de mineração, constituem a Região de Fronteira do capital hegemônico da Região Núcleo. Nesta "fronteira" ocorrem conflitos entre a população regional e os interesses aí localizados. Um deles é o antagonismo entre posseiros e indígenas, cujas terras, em reserva, nem sempre são respeitadas.

Nestes espaços novos anexados à estrutura regional hegemônica, a forma de Urbanização se implantou, também, de maneira diferente. Ora foi induzida pelo processo de colonização (núcleos urbanos dos projetos privados, bem equipados) ou pela mineração e as obras de infraestrutura energética e de transportes (centros urbanos de serviços aos operários e técnicos envolvidos nos custosos projetos). Ora surgiu pelo planejamento da implantação das grandes rodovias, como a Transamazônica ou a Cuiabá-Porto Velho. Já existia, na região, a rede de cidades pequenas sob a primazia de Belém e de Manaus. As formas de urbanização na Região de Fronteira expressam conteúdos diferentes ocorridos na produção do espaço geográfico regional ao longo destes 50 anos.

Na Região-Núcleo a Urbanização como forma, expressa a transformação da estrutura produtiva recente, isto é, um capitalismo financeiro, com a expansão das indústrias de bens

de capital, nos espaços metropolitanos tradicionais, isto é, São Paulo e Rio de Janeiro. As duas regiões metropolitanas já se consolidaram espacialmente através do eixo do Vale do Paraíba. Esta é a megalópolis do Brasil.

As regiões metropolitanas regionais têm características diferentes. As do Nordeste tiveram seu crescimento espacial e a formação do espaço metropolitano como consequência da política de industrialização induzida pelos incentivos fiscais. Para elas migraram populações que abandonaram o campo pela não modernização da agricultura. São cidades inchadas, com periferias urbanas empobrecidas e marginalizadas. As metrôpoles do Sul e Belo Horizonte, refletem as transformações capitalistas recentes. Elas se inserem no processo de industrialização por expansão e complementaridade da industrialização de São Paulo. O crescimento urbano através da migração da força de trabalho do campo, foi uma consequência das possibilidades de empregos diretos ou indiretos pelo processo de industrialização. O campo no Sul do país modernizou-se, liberando mão-de-obra.

A Região-Núcleo espacialmente, nesta última fase do período em análise, se expandiu para Mato Grosso do Sul e Goiás. A agricultura destas áreas que vinha sendo incentivada desde 1930 com a "Marcha para o Oeste", se desenvolveu e se modernizou depois de 1970. O emprego de capital na agricultura, a política de subsídios para lavouras de exportação, permitiu a modernização da agricultura em áreas de campo em Mato Grosso do Sul. Em Goiás, o desenvolvimento da tecnologia, através dos programas de governo federal e, a política de exportação de grãos, fez daquela área um espaço produtivo capitalista.

Atualmente, sob o ponto de vista do uso da terra, estas áreas são semelhantes às de São Paulo e do Paraná. Não quanto às lavouras, mas quanto à estrutura da produção e seus objetivos.

A agricultura colonial, no período, acentuou sua modernização, que já vinha ocorrendo desde o período anterior. Produtora de alimentos para todo o país e aumentando a produção de lavouras de exportação, associa-se à Região-Núcleo num processo de complementaridade para a expansão capitalista. Isto se iniciou antes mesmo da Revolução de 1930, como foi visto anteriormente, e vem se firmando no tempo.

No período em estudo, o Brasil como uma totalidade social, tem sua estrutura espacial balizada em quatro pontos geográficos de decisão do poder hegemônico. As três instâncias da totalidade social - a econômica, a política, a ideológica, se bem que atuam no país como uma totalidade espacial, têm seus "focos" espaciais em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Estes pontos formam o "quadrilátero geográfico da totalidade social". Isto não quer dizer que em outros lugares (capitais estaduais) não haja decisões de poder. O que se pretende mostrar é que sociedade e espaço formam um todo e que o centro do poder da sociedade como uma totalidade, tem um território, um espaço, que é um espaço geográfico. Não contínuo, mas interagente e contraditório. formando um todo. Este quadrilátero não é uma região no sentido de territorialidade física contínua e homogênea. É uma região de poder, característica do capitalismo em que vivemos e na formação social que estamos analisando.

Neste "quadrilátero geográfico da totalidade social" é definida a hegemonia do capitalismo na formação social. Daí a estrutura regional que caracteriza o país ser hegemôni-

ca. O território da formação social é uma totalidade espacial sob a hegemonia do capitalismo que se estabeleceu na Região-Núcleo e aí se reproduziu e que na complexidade do sistema social atual tem no quadrilátero geográfico seu lugar central. Há características diferenciadas na estrutura espacial total que são reflexos das relações sociais de produção diferentes no país. Porém todas elas são articuladas sob a égide do capital. O sistema econômico é capitalista e é hegemônico. As diferenciações ocorridas na estrutura produtiva, dependem das especificidades sociais regionais cujas estruturas lembram sistemas econômicos menos capitalistas. Porém, todos os espaços e suas sociedades estão sob a hegemonia do "quadrilátero geográfico da totalidade social" que se insere na Região-Núcleo.

5. CONCLUSÕES.

A pesquisa desenvolvida evidenciou que a Modernização foi o conteúdo fundamental na produção do espaço geográfico brasileiro nos últimos 50 anos. Ela tomada como uma categoria dos processos sociais teve na forma Urbanização o elemento espacial para a definição da estrutura regional do país.

O "urbano" se transformou, do tipo primaz, característico da estrutura regional até 1945, ao tipo hegemônico, da atualidade. Este balisado por Brasília-São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, hegemonizam a estrutura regional da década de 80.

A Modernização foi viabilizada pela constituição de ideologias que orientaram o processo social nestes 50 anos analisados. Na "Era Vargas" foi a ideologia do Estado Nacional. No segundo período foi a ideologia desenvolvimentista. No último período, o do regime militar, a ideologia da "Seguran-

ça Nacional".

A Integração como conteúdo e outra categoria para analisar a estrutura social, é interagente com a Modernização. Ela está presente desde o início da história da sociedade brasileira, como um ponto sensível para a manutenção da integridade político-espacial. Já na Colônia, a Coroa Portuguesa preocupava-se na interiorização do território, para mantê-lo sob sua administração. A soberania no Plata e no Vale Amazônico estaria comprometida se os mesmos não fossem penetrados, integrados. No Império, a integração nacional preocupava os constituintes e políticos da época. Na República, na 1a. Constituição, a mudança da capital para o interior era tida como uma estratégia para a soberania nacional.

A forma de Interiorização foi sempre a mesma, apesar de expressar conteúdos de Integração diferentes. Isto porque a sociedade era diferente e a estrutura econômica era outra.

Sem dúvida a extensão territorial do país, o vasto litoral, nuclearmente povoado e as fronteiras políticas raramente ocupadas, sempre foram uma preocupação nacional. Entretanto, somente quando o sistema econômico o permitiu, deu-se a integração espacial. Esta foi pela produção industrial e pela constituição de um mercado nacional, a partir da "Modernização".

Pouco adiantou a criação, em 1943, dos Territórios Federais, ou a "Marcha para o Oeste" do Estado Novo. Foi o capital que articulou e integrou o espaço nacional em regiões sob a sua hegemonia.

A já conhecida desigualdade espacial foi analisada nas estruturas regionais pretéritas, como um produto da "Modernização", o que quer dizer uma divisão territorial do tra-

balho no espaço nacional a partir do núcleo da concentração que foi também o da acumulação capitalista - São Paulo. Entretanto constatou-se que as outras instâncias da totalidade social - a ideológica e a política - viabilizaram o processo de acumulação e concentração capitalista no Núcleo e este hegemôniza o território nacional.

Hegemonia não significa homogeneidade espacial. Os espaços regionais são diferenciados. Esta diferenciação foi se moldando ao longo dos 50 anos. Cada parte se complementa no todo. É esta interação que define a hegemonia do núcleo sobre toda a estrutura regional. Todo o território nacional está sobre a estrutura capitalista, num sistema social acen-tuadamente desigual, mesmo que as relações de produção não sejam tipicamente capitalistas. Há espaços onde o desenvolvimento das forças produtivas está, ainda, dentro de padrões de baixa tecnologia. O produtor está submetido a forças pouco desenvolvidas, e preso às condições ecológicas. É o caso do plantio de várzea na Amazônia, o do extrativismo e coleta nos vales do Purus, Guaporé, etc. Em contradição, na própria Amazônia, alta tecnologia orienta a produção industrial e a mineração, no Pará ou no Maranhão, com a indústria de alumínio.

Construíram-se estruturas regionais para cada um dos períodos da história da sociedade brasileira neste 50 anos para mostrar as transformações na estrutura social e, por conseguinte, no espaço geográfico.

Cada modelo é um "retrato" do período. Não é o fim, o princípio, ou meio cronológico. Não tem data definida. Não é estatística sócio-econômica mapeada. É uma tentativa de visualizar, em um mapa, um modelo teórico-conceitual sobre o espaço geográfico brasileiro visto como uma estrutura regional.

A preocupação não foi estudar o capitalismo e suas transformações no espaço. Ao contrário: foi analisar as transformações espaciais, segundo o conceito regional, entendendo o Brasil como um todo social, que é uma formação social capitalista, dependente, periférica, mas com especificidades fundamentais.

Concluindo, procurou-se o tempo todo, associar a postura metodológica adotada com outros estudos de estrutura regional feitos por geógrafos do IBGE ao longo destes 50 anos. Nossa preocupação é, a partir da prática, orientar investigações futuras e questionar posturas conceituais sobre o espaço geográfico brasileiro. Uma delas é a que se refere à problemática da divisão regional institucionalizada pelo IBGE.

Na década de 40, anos após a constituição do IBGE pelo Estado Novo, geógrafos do órgão elaboraram uma Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos (Guimarães, 1941).

Na geografia, sobretudo para aqueles que trabalhavam com o conceito regional, havia dicotomias (física-humana; geral-regional; região natural-região cultural) pouco teorizadas. Ao lado disso o sistema social vigente no Brasil não propiciava os estudos regionais. O regional era tido como regionalismo, amesquinçado em seus propósitos. O que era privilegiado pelo autoritarismo vigente e a ideologia do Estado Nacional, era o fortalecimento do poder central contra os "interesses regionais". Acreditamos que este ambiente ideológico influenciou a postura tomada pelo IBGE em assumir como conceito regional - o de região natural. Esta seria a "neutra", a que não se modificaria no tempo. Isto era necessário para permitir publicar dados

estatísticos comparáveis no tempo (Guimarães, 1941). Em 1945 o modelo foi aprimorado, constituindo-se ainda, em seus conceitos naturais, hierarquizando-se os espaços regionais em Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Leste, Sul, Centro-Oeste), (ver fig.). Regiões, Sub-Regiões e Zonas Fisiográficas. Estas, sim, as menores unidades, deveriam conter características econômico-sociais.

Este modelo vigorou até 1970, quando o IBGE encaminhou à Presidência da República um estudo para institucionalizar, para fins estatísticos, uma nova divisão regional. O conceito definido, foi o de espaços homogêneos. Foi oficializada a Divisão Regional composta de 5 grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Entretanto, desde o início da década de 60, já se teorizava sobre o conceito de região natural como conceito básico para uma divisão regional. Geiger (1962), geógrafo do IBGE, já definira e delimitara um esboço de organização regional do Brasil em que o Sudeste surgia como a "região desenvolvida". Entretanto, o IBGE atrasou quase uma década, para encaminhar à Presidência da República um modelo de divisão regional que, inclusive, já era adotado pelo então BNDE e pelos organismos regionais como a SUDENE.

Este modelo é o oficial até hoje. Entretanto ele não expressa mais a realidade espacial brasileira, quando analisada como uma estrutura regional.

Neste projeto o questionamento que se faz é se o IBGE pode continuar a não assumir uma posição de rever o modelo de divisão regional para fins estatísticos. Não deve ocorrer o que aconteceu na década de 60. Elaborar um modelo para fins estatísticos, institucionalizando-o, quando já existiam órgãos federais que adotavam o modelo desde quando

os geógrafos já o tinham definido anteriormente.

O que se propõe nesta conclusão é que seja aceito pela administração superior um projeto de revisão da Divisão Regional com fins à substituição do modelo em vigor. Que não seja apenas um projeto dentro da programação do DEGEO, mas que haja a abertura de uma discussão para rever o modelo a fim de substituí-lo e que represente a realidade espacial brasileira na segunda metade da década de 80.

Outra questão que se levanta é a necessidade de se aprofundar as pesquisas aqui desenvolvidas, segundo a periodicidade estabelecida, ou para cada uma das regiões identificadas.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Como exemplo desta nossa constatação, damos o caso dos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Geografia desde sua criação em 1939 até 1984. Além de alguns poucos comentários editoriais que trataram especificamente da divisão territorial foram apenas 5, os trabalhos sobre o tema, publicados no periódico oficial do IBGE em 44 anos de editoração. Os trabalhos são: "Divisão Territorial do Brasil". João Segadas Viana. Ano II, nº 3, 1940; "A Redivisão Política do Brasil", M. G. Teixeira de Freitas. Ano III, nº 3, 1941; "A Propósito do Problema da Delimitação de Unidades Políticas". Fábio de Macedo Soares Guimarães. Ano V, nº 4, 1943; "Subsídios para uma Nova Divisão Política do Brasil". Antonio Teixeira Guerra. Ano XXII, nº 2, 1960; e "Proposição de uma Nova Divisão Política do Brasil". J. C. Pedro Grande. Ano XXVII, nº 4, 1965. Recentemente tem havido uma preocupação de se retomar o assunto. Discute-se, sobretudo, o papel do Estado e os conflitos entre o poder central e o espaço regional. Estes estudos têm sido desenvolvidos fora do IBGE. Entre alguns já publicados citam-se os de Bertha Becker (ver Geopolítica da Amazônia. Zahar editores, 1982). No 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em São Paulo em 1984, nos Anais (Livro 2, Vol. 2), José W. Ventsini discute o tema, no estudo "A Construção de Brasília e o Discurso Geopolítico". O que não concordamos nestes estudos é tentar levar para a área da Geopolítica um tema que pode ser trabalhado pela Geografia. O ní

vel ou instância política está presente na análise que fazemos dos processos sociais ocorridos em determinado espaço. A organização do espaço geográfico como produto da sociedade pode ser entendida através do estudo das instâncias política e ideológica.

2. Há políticos e cientistas políticos debatendo e estudando o assunto. Um deles é Paulo Bonavides, professor catedrático da Universidade Federal do Ceará. Em 1984 a Escola Superior de Guerra promoveu um curso de extensão sob o tema "Estratêgias para o Aperfeiçoamento do Federalismo no Brasil".
3. Neste projeto procurou-se fugir da discussão teórica sobre o conceito de espaço geográfico. Há uma vasta bibliografia sobre o tema. No Brasil há vários estudos que tratam da ontologia do espaço e das diferentes abordagens teórico-metodológicas. Pode ser consultado o livro de Milton Santos: Por Uma Geografia Nova.
4. Pelo Decreto-lei nº 4.102 de 9 de fevereiro de 1942, foi criado o território militar, com finalidade de lá se manter um posto avançado para controle das águas continentais para segurança do território brasileiro.
5. Pelo Decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, foram criados os cinco territórios federais, cuja regulamentação da administração foi determinada pelo Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro do mesmo ano.

6. As opiniões contraditórias sobre a criação dos territórios federais podem ser exemplificadas através do debate havido entre o Deputado Munhoz da Rocha, paranaense e o Prof. Everardo Backeuser, geógrafo, defensor da criação do Território. O primeiro acusava o regime de, à revelia das comunidades municipais, desmembrar parte do território paranaense criando uma unidade da federação sob a tutela do poder central, permitindo, inclusive, ilegalidades na distribuição de terras públicas. O geógrafo, com bases em teorias geopolíticas, defendia a ditadura de Vargas, apelando para a ideologia do "Estado Nacional" e combatia, ao mesmo tempo, os "comunistas" e os "regionalistas" e afirmava que a criação de Territórios, de novos Estados ou de novos Municípios deve sempre ficar a cargo de um "poder estranho e mais alto, que meça convenientemente as vantagens gerais e não se subordine aos apetites regionais, que são insaciáveis" (Backeuser, 1946).

7. Alguns estudos afirmam que interesses partidários foram os motivadores para tal criação. Em Notas em seu estudo, José W. Vesentini, em 1984, afirma que a criação de Mato Grosso do Sul foi uma estratégia partidária. Diz que o governo federal precisava ter maioria no Senado Federal. Com o estado criado o governo nomearia três senadores do PDS, conseguindo aquela maioria.

8. Os processos sociais são objetivados de maneira diferente, conforme a objetivação dos diversos cientistas sociais que trabalham com os mesmos. Esta objetivação de-

pende não só da abordagem metodológica assumida, como dos objetivos que se pretende atingir. Sob o ponto de vista epistemológico isto significa que a mesma realidade pode constituir diferentes objetos de conhecimento. No caso dos objetivos deste Projeto, o objeto de conhecimento é o espaço geográfico brasileiro em sua totalidade, objetivado como uma estrutura regional. Não cabia no Projeto, descrever e interpretar o conteúdo e a forma dos processos sociais ocorridos no Brasil, nos últimos 50 anos, pois isto é a objetivação do historiador ou do cientista político. O conteúdo e a forma dos processos sociais são utilizados, nesta pesquisa, como dados para se entender sua dimensão na estrutura espacial, a fim de se construir algum conhecimento novo sobre a estrutura regional do país no tempo, a partir da situação atual, a mais complexa na história da sociedade brasileira e do espaço geográfico que ela produziu.

9. Para este Período as fontes utilizadas para se extrair os dados, foram obras de historiadores como: Boris Fausto (1972, 1982 e 1983); Aspásia Camargo (1984); Oliveira, Veloso e Gomes (1982). Estas e outras obras são relacionadas na Bibliografia Consultada, integrante deste Relatório. Consideramos, metodologicamente, dados como respostas do real, segundo algum conceito teorizado, feitas pelo investigador. No caso da pesquisa os dados foram respostas para identificarmos o conteúdo e a forma que os processos sociais tiveram no espaço geográfico.
10. Boris Fausto diz que "a máquina do Estado cresceu em com

plexidade, com a criação de inúmeros órgãos destinados a racionalizar a economia e a administração, a exercer funções de repressão, a formar e controlar a "opinião pública", in Pequenos Ensaios de História da República (1889 - 1945). CEBRAP.

11. A escala de análise, isto é, a nível de Unidade da Federação, não permite analisar a estrutura do espaço urbano. Foi no período do Estado Novo que o Rio de Janeiro teve grandes transformações urbanas, semelhantes às que tinham ocorrido no início do século, na República Velha, com o governo do prefeito Pereira Passos. No início da década de 40, foi aberta a Avenida Presidente Vargas, a Avenida Brasil, ampliada a área de aterro para os cais do porto, construídos os grandes prédios ministeriais. A centralização do poder, a ideologia do Estado Nacional, precisavam ficar como marcos espaciais na Capital Federal. Tudo isto é espaço geográfico produzido através da forma de urbanização que é a expressão da modernização como conteúdo dos processos sociais quando se conceitua a sociedade como uma totalidade.

12. As obras ditas como realizadas neste período foram iniciadas ainda no Estado Novo e com recursos advindos das reservas acumuladas durante a Segunda Grande Guerra. Neste período, 46-50, ativou-se a usina de Paulo Afonso, inaugurada em 1955, criou-se a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia de Alcalis, a Fábrica Nacional de Motores.

13. A criação da Assessoria Econômica da Presidência da República foi a primeira tentativa de "um governo brasileiro em criar um órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos sobre os principais aspectos da economia do país". (D'Araújo, 1982, p. 134). Foram os recursos advindos dos contatos e negociações feitas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, instalada em 1951, que permitiram a execução dos projetos para desenvolvimento econômico no campo da energia e transporte, condicionando a expansão da industrialização e da formação de um mercado nacional, articulando espaços neste período. A partir da Comissão, acordos são estabelecidos e o Brasil vai concedendo (exporta minérios atômicos) e, contraditoriamente, barganhando recursos para seu crescimento econômico.

Medidas financeiras são tomadas para a "modernização" econômica. Entre elas o Plano Aranha, que foi um programa de estabilização, cuja Instrução 70 da SUMOC estabelecia cinco taxas de câmbio múltiplo. Foi lançado em 1953 e significava um instrumento de protecionismo para a industrialização.

14. Nas áreas identificadas como Regiões Agrárias Coloniais, existem diferenciações entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Nos últimos 50 anos o "processo colonial" diferenciou-se nestes três estados sulinos. A colonização iniciada no Século XIX passou por um longo período de estagnação. Nas duas primeiras décadas do Século XX as colônias de alemães e italianos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina passaram a participar do

mercado interregional, fornecendo produtos de matéria prima agrícola, denominados de "bens coloniais", tais como, banha, toucinho, linguiça, vinhos. As colônias paranaenses tiveram outra evolução. Constituídas por colonos de outras nacionalidades e situados em áreas afastadas de centros de consumo quantitativamente expressivos, permaneceram numa economia pouco mercantil. Mesmo os colonos italianos localizados nas redondezas de Curitiba não se transformaram em produtores para o mercado regional. Só após a 2a. Guerra Mundial é que o processo imigratório foi reencetado no Paraná. Nesta época, com ajuda dos países de origem (Holanda e Alemanha), ou de organismos internacionais preocupados com a imigração, novas levas de colonos se implantaram em áreas de campo (Ponta Grossa, Guarapuava), dedicando-se à pecuária leiteira e à agricultura mecanizada de grãos. É a partir daí que entram no mercado interregional.

15. Nesta primeira fase deste período foram fundamentais para viabilizar a consolidação do regime militar e o sistema social que vigorou por 20 anos: a Constituição de 1967; a reforma tributária que deu ao governo central recursos para construir obras monumentais, muitas delas sem interesse para o país e para a população como um todo; a reforma administrativa que deu instrumentos operacionais para a viabilização dos planos de governo e que permitiu controlar as aspirações da Federação, inibindo o poder dos Estados, atrofiando o "poder regional".

16. Os militares que assumiram o poder em 1964, desde o início utilizaram-se de atos que auto-legalizavam o governo e abriam caminho para outras ações, legislando arbitrariamente. O primeiro destes Atos foi assinado pela Junta Militar em 9 de abril de 1964 e determinava a eleição, pelo Congresso, de um novo presidente em 24 horas, autorizava o Estado de Sítio por 30 dias, suspendia garantias constitucionais por seis meses, suspendia direitos políticos e mandatos por 10 anos sem direito a apreciação judicial e fixava data para fim do processo revolucionário que seria 31 de janeiro de 1966. No período entre 1964 e 1969 foram editados 17 Atos Institucionais e foram eles que viabilizaram o regime durante o período em estudo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ADESG - Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (1970) - Desenvolvimento Nacional. Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento. Rio de Janeiro.

ASSIS, J. Carlos (1984) - Os Mandarins da República: Anatomia dos Escândalos da Administração Pública. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

BACKHEUSER, Everardo (1946) - "Territórios Federais". Boletim Geográfico. Ano IV, nº 42. Setembro de 1946. IBGE. Rio de Janeiro.

BORJA, Célio (1984) - "Federalismo Brasileiro". Revista de Finanças Públicas. Ano XLIV, nº 358. Abril/Junho 1984. Ministério da Fazenda. Brasília.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. (1977) - Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. Editora Brasiliense. São Paulo.

CAMARGO, Aspásia (1980) - "A Revolução das Elites: Conflitos Regionais e Centralização Política": A Revolução de 30. Seminário Internacional. Editora Universidade Nacional de Brasília. Brasília.

CARDOSO, Fernando Henrique (1975) - Autoritarismo e Democratização. Paz e Terra. 2a. Edição. Rio de Janeiro.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares (1982) - O Segundo Governo Vargas (1951 - 1954) - Zahar Editores. Rio de Janeiro.

DINIZ, José Alexandre F. e DUARTE, Aluizio C. (1983) - A Região Cacaueira da Bahia. SUDENE. Série Estudos Regionais 10. Recife.

DUARTE, Aluizio Capdeville (1980) - "Regionalização - Reflexões Metodológicas". Boletim da Associação de Geografia Teorética (20). AGETEO. Rio Claro. São Paulo.

DUARTE, Haidine da Silva Barros (1978) - "Distribuição Espacial das Cidades do Brasil". Caderno da PUC. Série Estudos Geográficos. nº 1. Departamento de Geografia. PUC. Rio de Janeiro.

FAUSTO, Boris (1972) - Pequenos Ensaios de História da República (1889 - 1945). Cadernos de CEBRAP - 10. São Paulo.

FERREIRA DE MELO, Osvaldo (1972) - Aspectos Jurídicos e Institucionais do Planejamento Micro-regional. SUDESUL. Ministério do Interior. Porto Alegre.

FIGUEIREDO FILHO, Gen. Esc. Euclýdes de Oliveira (1984) - "Estratégias para o Aperfeiçoamento do Federalismo no Brasil". Revista de Finanças Públicas. Ano XLIV, nº 358. Abril/Junho de 1984. Ministério da Fazenda. Brasília.

FURTADO, Celso (1972) - Análise do Modelo Brasileiro, Paz e Terra. Rio de Janeiro.

(1979) - Formação Econômica do Brasil. 16a. Ed. Companhia Editora Nacional - Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Fábio de M. S. (1941) - "Divisão Regional do Brasil". Revista Brasileira de Geografia. III (2). abr/jun de 1941. IBGE. Rio de Janeiro.

IANNI, Octávio (1978) - O Colapso do Populismo no Brasil. Editora Civilização Brasileira. 4a. edição. Rio de Janeiro.

IBGE (1982) - Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira - (1940 - 1980). Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Rio de Janeiro.

ISNARD, Hildebert (1978) - L'Espace Géographique. PUF. Paris.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam (1977). "Periodização". Departamento de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro.
Mim.

MELO CARVALHO, Péricles (1941) - "A Concretização da Marcha para o Oeste" - Cultura Política 1 (8). Outubro.
Rio de Janeiro.

- MINDLIN LAFER, Betty (1975) - Planejamento no Brasil. Debates (21). Editora Perspectiva. São Paulo.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Angela Maria Castro (1982) - Estado Novo. Ideologia e Poder. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- SINGER, Paul (1968) - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
- SOUZA CRUZ, Companhia de Cigarros (1983) - 80 Anos de Brasil. (1903 - 1983). Encartes da Revista "Veja".Nºs 764 a 771.
- TAVARES, Maria da Conceição (1977) - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- VESENTINI, José W. (1984) - "A Construção de Brasília e o Discurso Geopolítico Nacional". Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Livro 2. Vol. 2: Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Artur Cardoso (1944) - "A nova divisão administrativa e judiciária do Brasil". Boletim Geográfico. Ano II, nº 17. IBGE. Rio de Janeiro.
- AFONSO, Carlos A. e SOUZA, Hebert de (1977) - O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil (A Crise Fiscal). Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- ANDRADE, Regis de Castro (1979) - "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro". Encontros com a Civilização Brasileira nº 7. Jan/1979. Rio de Janeiro.
- AURELIANO, Liana Maria (1981) - No Limiar da Industrialização. Editora Brasiliense. São Paulo.
- BELO, J. M. (1931) - "Federação e Centralização". Hierarquia. nº 3. Rio de Janeiro.
- BECKER, Bertha K. (1968) - "As Migrações Internas no Brasil. Reflexo de Uma Organização do Espaço Desequilibrada". Revista Brasileira de Geografia, 32 (2): abr./jun. de 1968. IBGE. Rio de Janeiro.
- (1972) - "Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil". Revista Brasileira de Geografia, 34 (4); out./dez. de 1972. IBGE. Rio de Janeiro.
- (1974) - "A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil". Revista Brasileira de Geografia 36 (2); abr./jun.1974. IBGE. Rio de Janeiro.

- BERNARDES, Lysia Maria C. (1953) - "O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná". Revista Brasileira de Geografia. Ano XV, nº 3, jul./set. de 1953. IBGE. Rio de Janeiro.
- BERNARDES, Nilo (1966) - O Espaço Econômico Brasileiro. Curso de Altos Estudos do Colégio Pedro II. Vol. II. Rio de Janeiro.
- CANO, Wilson (1977) - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. DIFEL. São Paulo.
(1982) - "Desequilíbrios Regionales en el Brasil: Algunos Puntos de Controversia". Revista Eure. Vol. IX, nº 26. Santiago.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1975) - Notas sobre Estado e Dependência. Cadernos do CEBRAP, 11. São Paulo.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1968) - "Contribuição do Estudo do Papel Dirigente das Metrôpoles Brasileiras". Revista Brasileira de Geografia 30 (2), abr./jun. de 1968. IBGE. Rio de Janeiro.
- EGLER, Eugênia Gonçalves (1961) - "A Zona Bragantina no Estado do Pará". Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIII, nº 3, jul./set. de 1961. IBGE. Rio de Janeiro.
- ESCOBAR, Ildefonso (1941) - A Marcha para o Oeste - Couto de Magalhães e Getúlio Vargas. Editora A Noite. Rio de Janeiro.

FAUSTO, Boris (1982) - A Revolução de 1930. Historiografia e História. Editora Brasiliense. 8a. ed. São Paulo.

FREITAS, M. A. Teixeira de (1941) - "Redivisão Política do Brasil". Revista Brasileira de Geografia. Ano III, nº 3. Jul./Set. de 1941. IBGE. Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso (1971) - Formação Econômica do Brasil. Editora Forense. Rio de Janeiro.

(1972) - Análise do Modelo Brasileiro. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

GALVÃO, Roberto (1955) - "Introdução ao conhecimento da área maranhense abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia". Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, nº 3, jul./set. 1955. IBGE. Rio de Janeiro.

GEIGER, Pedro Pinchas (1970) - "Divisão Regional e Problema Regional". Revista Brasileira de Geografia. 32 (2), abr./jun. 1970. IBGE. Rio de Janeiro.

GEIGER, Pedro Pinchas e DAVIDOVICH, Fany R. (1974) - "Reflexões sobre a Evolução da Estrutura Espacial do Brasil sob o Efeito da Industrialização". Revista Brasileira de Geografia. 36 (3) jul./set. 1974. IBGE. Rio de Janeiro.

GOMES, Angela Maria de Castro e alli (1980) - Regionalização e Centralização Política (Partidos e Consti-

tuinte nos anos 30). Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

GUERRA, Antonio Teixeira (1953) - "Observações Geográficas sobre o Território do Guaporé". Revista Brasileira de Geografia Ano XV, nº 2, abr./jun. de 1953. IBGE. Rio de Janeiro.

(1954) - "Aspectos Geográficos do Território do Acre". Revista Brasileira de Geografia. Ano XVI, nº 2, abr./jun. de 1954, IBGE. Rio de Janeiro.

(1956) - "Aspectos Geográficos no Território do Rio Branco". Revista Brasileira de Geografia. Ano XVIII, nº 1, jan./mar. de 1956. IBGE. Rio de Janeiro.

(1960) - "Subsídios para uma nova Divisão Política do Brasil". Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIII, nº 2, abr./jun. de 1960. IBGE. Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Fábio de M. S. (1949) - "O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital do Brasil. Revista Brasileira de Geografia XI (4): out./dez. 1949. IBGE. Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Fábio de M. S. (1941) - "Divisão Regional do Brasil". Revista Brasileira de Geografia. Ano III, nº 2, abr./jun. de 1941. IBGE. Rio de Janeiro.

(1963) - "Observações sobre o problema de Divisão Regional". Revista Brasileira de Geografia. Ano XXV, nº 3, jul./set. de 1963. IBGE. Rio de Janeiro.

- IBGE (1963) - "Estudos para a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste". Grupo da Geografia das Indústrias. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXV, nº 2, abr/jun. 1963. IBGE. Rio de Janeiro.
- (1970) - "Cidade e Região no Sudeste Paranaense". Setor de Geografia Urbana do DEGEO. Revista Brasileira de Geografia. 32 (2), abr./jun. de 1970. IBGE. Rio de Janeiro.
- LIMOEIRO CARDOSO, Mirian (1977) - Ideologia do Desenvolvimento no Brasil: JK - JQ. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- MELO, Leopoldo da Cunha (1948) - "Conceituação de Território Federal como Unidade Política". Boletim Geográfico. Ano V, nº 58. IBGE. Rio de Janeiro.
- MINTER/SUDENE (1984) - Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. PIMES. Recife.
- OLIVEIRA, Francisco (1977) - Elegia para uma Re(li)gião. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- e REISCHSTUL, Henri P. (1973) - "Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho no Brasil". Estudos CEBRAP - nº 4. São Paulo.
- SEREBRENICK, Salomão (1960) - "A Comissão do Vale do São Francisco. Objetivos e Realizações". Revista Brasileira de Geografia. Ano XXII, nº 26, abr./jun. de 1960. IBGE. Rio de Janeiro.

SILVA, Sergio (1976) - Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil. Editora Alfa-Omega. São Paulo.

SINGER, Paul Israel (1972) - O Milagre Brasileiro - Causas e Consequências. Cadernos do CEBRAP. 6. São Paulo.

SOARES, Lúcio de Castro (1948) - "Delimitação da Amazônia para fins de Planejamento". Revista Brasileira de Geografia. Ano X, nº 2. abr./jun. de 1948. IBGE. Rio de Janeiro (1956). "Características Geográficas Gerais da Amazônia Brasileira". Revista Brasileira de Geografia. Ano XVIII, nº 4, out./dez. de 1956. IBGE. Rio de Janeiro.

TAVARES, Maria da Conceição (1974) - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Zahar Editores. 6a. Ed. Rio de Janeiro.

VALVERDE, Orlando (1957) - "Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte". Revista Brasileira de Geografia. Ano XIX, nº 4, out./dez. de 1957. IBGE. Rio de Janeiro.

VELHO, Otavio Guilherme (1972) - Frentes de Expansão e Estrutura Agrária - Estudo do Processo de Penetração numa Área da Tranzamazônica. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

VIEIRA, Evaldo (1983) - Estado e Miséria Social no Brasil

de Getúlio a Geisel (1951 - 1978). Cortez Editora.
São Paulo.

WAIBEL, Leo (1955) - "As zonas pioneiras do Brasil". Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, nº 4, IBGE. Rio de Janeiro.